

## **ACTA NÚMERO UM**

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO  
DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO  
ANO DOIS MIL E ONZE \_\_\_\_\_

---Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze reuniu, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade municipal;
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 11/2011/CM, referente à Dissolução da Empresa T-ESTP – Energia Solar Térmica de Tavira, S.A.; \_\_\_\_\_
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 14/2011/CM, referente à Inserção no Domínio Público de Prédio Urbano sito em Cachopo, Freguesia de Cachopo; \_\_\_\_\_
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 20/2011/CM, referente à Actualização das Taxas previstas na Portaria nº 1334-D/2010 pela emissão de Certificado de Registo de Cidadão da União Europeia; \_\_\_\_\_
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 32/2011/CM, referente ao Fornecimento de Refeições Escolares ao abrigo do Acordo Quadro nº AQ15 – RC da ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas (Refeições Confeccionadas/Lote 5); \_\_\_\_\_
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 34/2011/CM, referente à E03/11/CP – Empreitada de Reabilitação e Recuperação do Edifício da Antiga Segurança Social – Repartição de Encargos; \_\_\_\_\_
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 36/2011/CM, referente à Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas – Artigo 9º; \_\_\_\_\_
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 37/2011/CM, referente ao Regulamento sobre a Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Tavira – Alteração artigo 21º; \_\_\_\_\_
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 38/2011/CM, referente ao

Projecto de Regulamento do Arquivo Municipal de Tavira – Versão Final; \_\_\_\_\_

10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 39/2011/CM, referente ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Tavira – Alteração; \_\_\_\_\_

11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 44/2011/CM, referente à Inserção no Domínio Público da Parcela de Terreno sita na Rua Joaquim Soares, Freguesia de Santa Luzia. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia declarou aberta a Sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos. \_\_\_\_\_

---Pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, João Pedro da Conceição Rodrigues, foi efectuada a chamada, tendo-se registado presentes os Membros, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel do Livramento Baptista, Dulce Cláudio Paixão Bernardo, Elisabete Miguel Parra Rocha, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, Jaime Luís Fernandes Costa, Jean-Pierre Patrick Rancher, João Pedro da Conceição Rodrigues, Joaquim da Conceição Messias Santos, Joaquim José Brandão Pires, Jorge Francisco Silva, José Alberto Godinho Correia, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Marcelino António Justo Teixeira, Maria Isabel Pires Cruz dos Santos, Muriel Cristina Dias, Nuno André Dias Rosa Viana, Nuno Miguel Pires da Silva Encarnação, Paulo Renato Faleiro Silva, Rui Manuel Rocha Horta, Sidónio Manuel Gonçalves Barão, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Vítor Manuel Rijo Faleiro. \_\_\_\_\_

---Os Membros José Epifânio Martins da Graça, Fernando Augusto Pereira e Filipa Alexandra Costa Lourenço solicitaram a substituição tendo sido substituídos pelos Membros Jaime Luís Fernandes Costa e Ana Celina Caetano Dias substituída por Nuno Miguel Pereira da Silva Encarnação, Aurélio de Jesus Domingos Cavaco substituído por Marcelino António Justo Teixeira, respectivamente. \_\_\_\_\_

---O Membro José Manuel Baptista do Carmo solicitou substituição tendo sido substituído por Nuno André Dias Rosa Viana. \_\_\_\_\_

---Efectuada a chamada e tendo constatado que haviam vinte e oito presenças, o primeiro Secretário informou que os trabalhos poderiam prosseguir. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia informou que ia começar por colocar à votação a acta número oito, da reunião extraordinária realizada em vinte e dois de Dezembro, que já tinha sido

distribuída pelos presentes, e sobre a qual perguntou se pretendiam pronunciar-se, tendo passado a palavra ao Membro Filipe Lopes. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes disse que não sabia se lhe tinha acontecido apenas a ele mas que não tinha conseguido ter acesso através do site da Câmara Municipal ao referido documento nem a muitos outros, pelo que, não tinha conhecimento da acta não sabendo se estava certa embora pensasse que estaria concertada. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia disse que não conseguia responder à questão formulada mas que a documentação tinha sido distribuída fazendo a acta parte da documentação. Não sabia se tinha havido algum problema com o facto do ficheiro estar comprimido. \_\_\_\_\_

----O Primeiro Secretário, João Pedro Rodrigues disse que a questão tinha sido a de que a acta não fora disponibilizada no site da Câmara Municipal, no mesmo dia que a restante documentação, tendo-o sido apenas uns dias mais tarde. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes disse ainda que, não querendo criticar, gostaria de dizer que a acta de Novembro ainda não se encontrava publicada. \_\_\_\_\_

----O Membro José Vitorino Rodrigues Pereira entrou na sala às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se mais algum dos presentes tinha alguma coisa a dizer sobre a acta e, não se verificando, colocou a mesma a votação. \_\_\_\_\_

----A acta foi aprovada por maioria de vinte e quatro votos a favor e cinco abstenções. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que em nome da Mesa da Assembleia queria propor um voto de pesar pelo falecimento de Ana Isabel Franco de Mendonça Viegas para o qual pedia minuto de silêncio. \_\_\_\_

----Pedi à Membro Sílvia Soares que fizesse um breve resumo do que tinha acontecido nas reuniões, dado se terem realizado duas, da CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens que tinha sido a única Comissão que havia reunido desde a última Sessão da Assembleia. \_\_\_\_\_

----A Membro Sílvia Soares disse que tinham existido duas reuniões da CPCJ na modalidade alargada, tendo a primeira, ocorrido no dia vinte e seis de Novembro onde tinha sido apresentado o projecto da escola activa. Era um projecto que se estava a realizar no Algarve com a finalidade de combater a obesidade infantil e era realizado em parceria com o Desporto Escolar, as Autarquias e as Associações de Pais e tinha como objectivo melhorar a qualidade e quantidade da actividade física e desportiva dos alunos. Acrescentou que nessa reunião também tinham sido apresentadas as valências do CAFAP – Centro de Apoio à Família e

Acompanhamento Parental e da Associação Uma Porta Amiga. A intervenção do CAFAP tinha um carácter sistémico e apostava nas diversas competências para um bom funcionamento do agregado familiar porque era efectuado o acompanhamento de um trabalho sustentado no suporte familiar. Informou ainda, que havia também, uma aposta directa nos jovens, nas suas competências pessoais e sociais com vista a uma preparação para a vida futura. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que, no final da reunião tinham sido criados alguns grupos de trabalho na CPCJ da modalidade alargada, que tiveram como temas a Divulgação, a Violência Doméstica, a Obesidade e Sedentarismo, a Responsabilidade Parental, a Violência Juvenil, os Consumos e a Sexualidade. \_\_\_\_\_

---Informou também, que nessa reunião tinha sido sugerido que no final de todas as reuniões da modalidade alargada fosse cedido um tempo de opinião, que possibilitasse aos membros que necessitassem ver alguma questão tratada em Assembleia Municipal, a pudessem colocar para que os representantes da Assembleia Municipal as apresentassem nas Sessões. \_\_\_\_\_

---Relativamente à outra reunião, realizada em vinte e oito de Janeiro do corrente ano, tinha sido efectuada a análise e discussão do relatório anual de actividades do ano de dois mil e dez e elaborado o plano de acção para o ano em curso. \_\_\_\_\_

---O Membro Alberto Custódio Fernandes do Carmo entrou na sala às vinte e uma horas e quarenta minutos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia agradeceu e informou que tinha chegado à Assembleia proveniente de um conjunto de entidades encabeçadas pela FENPROF – Federação Nacional dos Professores e outras entidades, como a CNIPE – Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação, a FENEI – Federação Nacional do Ensino e Investigação, a ASPL – Associação Sindical de Professores Licenciados, a PRÓ-ORDEM – Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem, um Manifesto já distribuído pelas bancadas cujo tema era *“Investir na Educação Defender a Escola Pública!”*. \_\_\_\_\_

---Disse ainda, que tinham solicitado ao Presidente da Assembleia que em reunião da Assembleia Municipal apresentasse o referido Manifesto e que o colocasse à votação. Acrescentou que, na sua qualidade de Presidente da Assembleia Municipal tinha tido dúvidas, pelo que, havia consultado os serviços jurídicos da Câmara e, salvo melhor opinião, os serviços tinham-se pronunciado no sentido em que o documento em causa poderia ser colocado em forma de petição e conseqüentemente ser discutido nesse Órgão. Assim, iria colocar o

documento à discussão, mas visto ter sido apenas distribuído um exemplar a cada uma das bancadas e, tratando-se de um pequeno documento apenas com três parágrafos, iria passar a efectuar a sua leitura: *“A educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos. Nunca, porém, como em dois mil e onze, houve intenção de impor cortes tão acentuados com consequências que se adivinham de elevada gravidade. A redução de oitocentos e três milhões de euros na educação, a que acrescem reduções indirectas impostas às autarquias, provoca sérias preocupações nos subscritores deste manifesto.* \_\_\_\_\_

*---Cortar nos recursos de que as escolas dispõem – humanos, físicos, materiais, financeiros – e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para a redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da Educação Pré-Escolar a partir dos três anos; impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constrange a promoção, como a lei determina, da Educação Sexual nas escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento da escolaridade obrigatória para doze anos!* \_\_\_\_\_

*---É em defesa de um efectivo investimento na educação, que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma escola pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa.”* \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia acrescentou que o presente documento tinha sido promovido pela FENPROF, pela ASPL, FENEI, PRÓ-ORDEM, SEPLEU – Sindicato dos Professores e Educadores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades, SINAPE – Sindicato Nacional dos Profissionais de Educação, SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores, SIPPEB – Sindicato dos Professores do Pré-Escolar e do Ensino Básico, SPLIU – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades, CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais, CNIPE, DNAEESB – Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico, FNSFP – Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, SIEE – Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino, SNP – Sindicato Nacional dos Psicólogos e STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia disse que gostava de ouvir a opinião dos presentes sobre o assunto e por isso o ia colocar à discussão. Porém, antes de passar a palavra à Membro Isabel Santos que a havia solicitado, queria perguntar também, porque o documento só tinha sido entregue naquele momento, se as bancadas necessitariam de alguns minutos para falarem entre si, pois caso assim o entendessem, poderia interromper a Assembleia por esse motivo. \_\_\_

---O Membro Brandão Pires disse seria conveniente ter um minuto pois pensava que nem todos estavam sintonizados com o documento ou que não o conheciam. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia cedeu um minuto, tendo passado, de seguida, a palavra à Membro Isabel Santos. \_\_\_\_\_

---A Membro Isabel Santos disse que gostaria de solicitar ao Presidente da Câmara um esclarecimento no seguimento do presente Manifesto, pois na reunião que tinha tido com os seus camaradas de partido, tinha ficado de indicar a posição da Coligação Democrática Unitária relativamente à situação de uma matéria que pensava também vir reflectida no Manifesto, e que se prendia, com o Mega Agrupamento cujo funcionamento estava previsto iniciar-se na Escola Secundária. Portanto, era entendimento da CDU, como as pessoas compreenderiam o Mega Agrupamento não serviria para implementar um bom ensino nem promover uma boa educação dos alunos servindo apenas para a redução de custos, que não era conveniente a promoção do Mega Agrupamento cujo processo não estaria a ser correctamente conduzido no Concelho de Tavira não havendo informação, nem tendo o grupo que estava a conduzir essa questão pedido qualquer informação ou reunido com o Conselho Municipal Educativo ou representantes dos pais, dos professores, dos alunos, ou seja, a comunidade educativa tinha sido algo esquecida em todo esse processo. Assim, a posição da CDU seria a de apoiar o Manifesto e toda a posição que fosse no sentido de rever o Mega Agrupamento. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia disse que não tinha associado a questão dos Mega Agrupamentos ao presente Manifesto e, nem achava que o tinha que fazer pois não tinha rigorosamente nada a ver com essa questão, não conhecendo o Manifesto a que a CDU se estava a referir. Quando tivessem que abordar o tema de eventuais Mega Agrupamentos ele diria o que tinha a dizer, porém, gostava só de mencionar que tendo nesse mesmo dia, estado a Senhora Ministra da Educação em Faro, com a qual tinham reunido todos os Directores das Escolas do Algarve, abordada sobre essa questão, tinha respondido que os Directores das Escolas seriam os primeiros a saber, não tendo acrescentado mais nada sobre o assunto. Para

concluir o tema, disse que aquilo que se dizia era uma coisa mas que teriam que esperar, tendo sido essa a informação que tinham obtido nesse mesmo dia cerca das treze horas e, portanto, não tinha que misturar o Manifesto apresentado, contudo sabiam que o Ministério da Educação iria ter que reduzir oitocentos e três milhões de euros e por isso muito iria ocorrer. \_

----Relativamente ao Manifesto tratava-se de um documento genérico, e era esse que estava ali em causa, não querendo misturá-lo com a questão dos Mega Agrupamentos por lhe parecer que não estava relacionado. \_\_\_\_\_

----Passou a palavra ao Membro Rui Horta que a havia solicitado. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta disse que o que estava a ser pedido era a apreciação de um documento composto por três parágrafos onde, no primeiro, era efectuado um conjunto de afirmações, algumas delas nunca saberiam se corresponderiam à verdade ou não. O segundo parágrafo era composto por opiniões e o terceiro por conclusões. Acrescentou que certamente estariam todos de acordo quanto às conclusões que resultavam na defesa do efectivo investimento da educação, pelo que, votariam favoravelmente. \_\_\_\_\_

----Quanto ao segundo parágrafo, as opiniões, desconhecia-se a postura, pelo que, seria apenas uma questão de concordar ou não por simpatia. \_\_\_\_\_

----Sobre o primeiro parágrafo ao referir que há muito a *“educação parece ter deixado de ser uma prioridade dos governos”*, não era essa a declaração de intenções que o Governo tinha vindo, desde há alguns anos, a fazer, tendo enfatizado até uma paixão pela educação, mas tinha visto um estudo que dizia que as paixões só duravam dois anos. Na sua opinião achava que estavam envolvidas muitas pessoas, muitas entidades, algumas delas com créditos firmados, pelo que, retirando o aspecto político, não poderiam estar muito enganadas e quando todas elas assinavam ou subscreviam um documento como aquele, teria que ser verdadeiro. Assim, ele votaria favoravelmente. Relativamente à sua bancada, disse que os membros tinham liberdade de opinião, pelo que, cada um votaria de acordo com a opinião que tivesse sobre a matéria. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro Brandão Pires. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires disse que o minuto que tinham tido tinha servido para que a bancada articulasse posições mas que nem tinha sido verdadeiramente necessário pois estavam todos de acordo e iriam votar favoravelmente o Manifesto por o considerarem equilibrado. Pensavam tratar-se de um documento criado em defesa da educação e da escola

pública e que o investimento na educação tinha que ser verdadeiramente considerado como um investimento no sentido económico pois tinha retorno e, por isso, tudo o que fosse feito em prol da educação teria retorno. O papel da educação era formar melhores cidadãos e, portanto, a serem efectuados cortes, por muita crise que houvesse no País, no Mundo e na Europa em particular, teriam que ser criteriosos quanto aonde deveriam ser efectuados os cortes pensando que a educação era uma daquelas áreas que deveriam ser as últimas a serem afectadas. Corroboravam a opinião do Presidente da Mesa da Assembleia ao não associar o documento em causa a Mega Agrupamentos, porém, cada pessoa teria a sua opinião relativa aos vários aspectos relacionados com a educação. Julgava que o Manifesto era equilibrado, contido, nos termos e tendo como objectivo reunir o maior consenso possível que julgava ter conseguido, e desse ponto de vista, votariam favoravelmente. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia indagou se mais algum dos presentes queria pronunciar-se sobre o Manifesto e não se verificando colocou o mesmo a votação. \_\_\_\_\_

---O Manifesto foi aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Continuando no período antes da Ordem de Trabalhos disse que voltava a passar a palavra às bancadas para que os membros pudessem expor alguns assuntos que quisessem ver discutidos. \_\_\_\_\_

---O Membro Rui Horta disse que gostava de colocar uma pequena questão para que o Executivo pudesse reflectir sobre o assunto e, eventualmente, juntamente com os serviços técnicos da Câmara verificar o que estaria em causa. \_\_\_\_\_

---Começou dizendo que em tempos difíceis não seria altura de se reduzirem taxas ou impostos mas gostava de colocar uma questão que se tinha levantado e, embora não conhecesse bem a sua dimensão, queria expô-la. \_\_\_\_\_

---Afirmou que actualmente se vivia num mundo cada vez mais global e que uma boa parte dos países do mundo e alguns europeus já tinham adoptado o inglês como segunda língua. Em Portugal, começava-se a ensinar o inglês praticamente no infantário, existiam várias Instituições Públicas, nomeadamente do Governo e Câmaras Municipais, que tinham sites e informação disponível em língua inglesa. Muitas Instituições Públicas como Universidades, Institutos e outros Organismo tinham alterado o seu nome para inglês e citava o exemplo de várias Universidades que tinham passado o seu nome para inglês, de modo a se poderem expandir no estrangeiro. Principalmente o Algarve, Tavira, era uma zona em cuja fatia



considerável do rendimento dependia do turismo que na maioria dos casos se expressava em inglês e havia um cem número de “*verdades de La Palisse*” que poderiam continuar a enumerar para justificar a razão porque é que o inglês era necessário. \_\_\_\_\_

---Em Tavira, e não imputando culpas ao actual Executivo, sendo culpa de todos os Executivos anteriores, pois tratava-se de uma questão já muito antiga, era penalizada a utilização do inglês, sendo quase elevada a crime e, citava como exemplo uma pequena faixa ou placa de publicidade a dizer “*cabeleireiro*” que pagava entre dez e onze euros, se tivesse a palavra em inglês “*Hairdresser*” pagaria cinco vezes mais, não conhecendo ele, na lei, muitas penalizações daquela natureza. \_\_\_\_\_

---Continuou mencionando que há algum tempo tinha saído uma reportagem no Jornal Correio da Manhã que passava a citar: “*Há Câmaras no Algarve como Tavira, Albufeira ou Lagos que aplicam uma sobretaxa...*”. Segundo se dizia eram as únicas e tinha conhecimento que entretanto Lagos já teria, em consequência de reclamações surgidas, terminado com essa sobretaxa, que não era de cinco mas de duas vezes mais, tendo-se o mesmo verificado em Albufeira passando Tavira a ser a única Câmara onde se persistia na sua aplicação. \_\_\_\_\_

---O Membro Rui Horta acrescentou que existia alguma controvérsia relativamente a esta questão e que tinha lido no dia seis do corrente, na Internet, que a Confederação de Comércio dizia que as taxas municipais para a publicidade eram inconstitucionais e que a iriam pedir. \_\_\_\_

---Sem ter grandes opiniões sobre a matéria, a questão da taxa prendia-se basicamente com o que os serviços públicos cobravam pela execução de um trabalho, pela análise de um processo de licenciamento e pelo benefício económico que o contribuinte ou munícipe daí retiraria, porém, quando se verificava o trabalho efectuado pelos serviços camarários ao analisarem a expressão “*Cabeleireiro*” numa placa de cinquenta por cinquenta, o trabalho dispendido a analisarem na mesma placa a expressão “*Cabeleireiro – Hairdresser*” ou outra actividade qualquer, era igual. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que na sua opinião a aplicação de uma taxa cinco vezes superior era exagerada e cara. Não sabia qual era a verdadeira repercussão desta questão nas contas da Autarquia, se era muito, porém, tinha-se apercebido, em conversas com algumas pessoas, que já sete ou oito tinham retirado a expressão em inglês, nomeadamente, alguns bares em Cabanas e em Tavira por ser demasiado penalizadora para o comércio ou outras actividades. \_\_\_\_\_

---Disse ainda, que por curiosidade tinha trazido a taxa de publicidade que lhe tinha sido

facturada e para a sua actividade o valor a pagar era de vinte e sete euros, contudo, a penalização por ter escrito na sua placa publicitária a palavra “*Law-Office*” era de cento e onze euros e trinta e seis cêntimos. \_\_\_\_\_

---Concluiu dizendo que à luz das considerações prévias relativas ao uso da língua inglesa que tinha efectuado, não acreditava que não se sentisse, que havia nesta questão, alguma coisa de errado, pelo que, fazia um alerta à Câmara para que, se possível, ainda este ano, o que talvez não fosse possível devido aos valores já no orçamento, mas que pelo menos, no próximo ano, fosse colocado um pouco de bom senso nesta matéria pois parecia-lhe que faltava. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia agradeceu e passou a palavra ao Membro Carlos Baptista. \_\_\_\_\_

---O Membro Carlos Baptista disse que a questão que tinha para colocar se prendia com as verbas a transferir para as Freguesias nos termos do Protocolo de Transferência de Competências. \_\_\_\_\_

---Tinha tido oportunidade de manifestar, em reunião efectuada entre a Câmara e as Freguesias, a preocupação dos Presidentes de Freguesia relativamente aos cortes que tinham sido aplicados e que representavam dezassete por cento. Era um corte aplicado numa Freguesia que só por si, no total da transferência da Câmara com o Fundo de Financiamento das Freguesias, tal como Santa Luzia e exceptuando Santo Estêvão, estavam efectivamente com valores muito baixos. Por essa altura, tinha solicitado ao Presidente da Câmara que considerasse pois não entendiam que nessa reunião, efectuada basicamente para a negociação dessas verbas, o documento referente às verbas fosse considerado pois tratava-se de um documento inacabado, pelo que, era importante que se revissem algumas situações. O Executivo tinha ficado preocupado com a situação, tinha reunido e enviado um ofício. \_\_\_\_\_

---Continuou dizendo que há alguns dias atrás quando se tinha dirigido aos serviços para assinar a guia de recebimento tinha ficado estupefacto ao verificar que nas transferências correntes iriam sofrer um corte de quarenta e seis por cento, o que, tornaria a situação praticamente insustentável. Tinham entendido que deveria existir algum engano pois era mau demais para ser verdade e, não tendo assinado a guia, tinham telefonado repetidas vezes para a Câmara para dizer que efectivamente deveria haver algum engano entre a transferência das verbas de capital e correntes. Como resposta tinham dito que os valores estavam correctos, pelo que, estava ali a manifestar a preocupação porque uma Junta de Freguesia não podia cumprir nem sequer os serviços mínimos quando recebia, por mês, um valor menor do que a

despesa que tinha com os três funcionários e não eram muitos. Não havia nenhuma Junta de Freguesia que tivesse menos de três funcionários e sendo o subsídio do Executivo cerca de duzentos euros, totalizava cerca de três mil e duzentos euros e o valor a receber na guia era de dois mil e setecentos euros. \_\_\_\_\_

----Pela razão exposta tinham entendido e continuava a pensar que efectivamente haveria um engano que gostava de ver corrigido, pois com receitas dessa ordem não existia qualquer hipótese da Junta poder cumprir, como já tinha dito, os serviços mínimos, ainda mais que em Cabanas não recebiam um Fundo de Financiamento que pudesse efectuar o equilíbrio, pois as verbas eram pagas em função da população e área, questão que também tinham vindo a contestar, porque tendo Cabanas quatro mil fogos para mil cento e setenta pessoas, o que daria quatro fogos por pessoa, os jovens quando casavam tinham que sair de Cabanas por não terem lá habitações pois não podiam concorrer. Esta situação traduzia-se no facto dos quatro mil fogos darem, certamente, elevada receita à Câmara e ao Estado, daí que entendia ser extremamente injusto serem consideradas apenas a população e a área porque sendo uma Freguesia pequena para receber, percebia-se através dos dados expostos que se trata de uma Freguesia grande para pagar. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que pelos factos apresentados e dado não receberem um Fundo de Financiamento das Freguesias que pudesse fazer o equilíbrio, a preocupação ainda aumentava.

----O Presidente da Câmara disse que relativamente ao que o Membro Carlos Baptista tinha dito, efectivamente, existia um erro. A quebra das receitas da Junta de Freguesia de Cabanas era, de facto, de dezassete por cento da transferência total, tendo uma quebra de quinze por cento do valor final entre a combinação das transferências da Câmara com o Fundo de Financiamento das Freguesias. Acrescentou que tinha havido um erro no ficheiro, no valor de cerca de onze mil euros, que iria ser apresentado, não em próxima mas na seguinte Sessão de Câmara. \_\_\_\_\_

----A Vereadora Ana Paula explicou que todas as Freguesias tinham um erro dado a distribuição não ter sido bem efectuada, pelo que, iriam refazê-la. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara acrescentou que o valor certo era aquele que tinha sido distribuído aos Presidentes de Freguesia na reunião já mencionada, tendo-se verificado um erro na elaboração do ficheiro que já tinha sido identificado pela reclamação que tinha sido apresentada e que se tinham certificado ao receberem o ofício da Junta de Cabanas a

mencionar os quarenta e seis por cento que não faziam qualquer sentido. O Presidente da Junta de Santa Luzia também tinha feito chegar a mesma informação, pelo que, não seria na próxima Sessão de Câmara mas na seguinte, após correcção do ficheiro, a situação iria ser reposta. \_\_\_\_\_

----Continuou dizendo que as quebras tinham sido todas explicadas bem como a redistribuição e que, obviamente, algumas verbas eram injustas, percebendo que os Presidentes de Freguesia que tendo muita sensibilidade nesta matéria, estivessem verdadeiramente preocupados com o equilíbrio das Freguesias, tendo ligado no dia seguinte e subsequentes à reunião para que o Executivo fosse revendo a situação, ao que ia respondendo que o iriam fazendo em função da verba de execução orçamental que a Câmara tivesse. Esse era o seu compromisso. \_\_\_\_\_

----Concluiu, esta questão, dizendo que quando se recebia menos dinheiro todos tinham razão e que o Presidente de Freguesia Carlos Baptista seguramente teria alguma razão quando se referia à forma de calculo mas o que existia eram dezassete por cento de quebra. \_\_\_\_\_

----Passando à questão levantada pelo Membro Rui Horta referente às sobretaxas, concordou com o que tinha sido dito e disse que iria referir duas datas que considerava importantes. O regulamento em vigor tinha sido aprovado no mês de Agosto do ano de dois mil e nove, sendo esta a primeira data, e aprovado em Assembleia Municipal entrando em vigor a um de Janeiro de dois mil e dez. Na primeira data o Presidente da Câmara era o seu antecessor acompanhado pelos Vereadores da oposição. Quando o regulamento entrou em vigor já era ele próprio o Presidente bem como os actuais Vereadores que tiveram que aceitar uma tabela de taxas que não queriam, pelo que, achava que todos tinham razão e, de facto, o Membro Rui Horta tinha vindo no bom sentido, até alertando para a questão do inglês que também não achava ter grande justificação porque não limitava, já que estando em Portugal escrevia-se português, podendo haver uma penalização mínima ou nenhuma por estar também escrito em Inglês desde que fosse bilingue de acordo com os regulamentos, porque também existiam regulamentos específicos para essa matéria, não fazendo, por isso, qualquer sentido a aplicação de um tão grande agravamento. Contudo, existiam também outras taxas que não faziam qualquer sentido e, nesse mesmo dia, tinham tido uma reunião de trabalho onde tinham estado, precisamente, a rever a tabela de taxas municipal que ninguém tinha pedido mas que tinham herdado, tendo até sido com alguma surpresa quando em Janeiro de dois mil e dez tiveram que adoptar a tabela de taxas que já vinha de trás, que foi sujeita a discussão pública

mas tinha sido toda ela aprovada no anterior mandato. Acrescentou que o Membro Rui Horta tinha razão porque no estado actual da economia haviam questões que eram gravosas e tinham que olhar para a vizinhança pois estavam todos em concorrência. Era pois, isso que estavam a fazer e que estava a dar muito trabalho porque tinham que picar tabela a tabela, ponto a ponto. Acrescentavam agora a questão do inglês que pensava não terem chegado ainda, mas na reunião decorrida nesse mesmo dia pelas dezasseis horas, precisamente sobre o assunto da Tabela de Taxas, tinham estado a estudar como iriam fazer, se através de deliberação da Assembleia ou se tinham que efectuar novo regulamento. \_\_\_\_\_

----Informou que tinha registado a preocupação do Membro Rui Horta que se tratava de uma preocupação séria e que também assim a consideravam, mas haviam outras questões que, de alguma forma, estavam a tentar minorar nos tempos actuais. Havia ainda a preocupação pela quebra de receitas da Câmara mas se as taxas estivessem muito altas também não haveria receita alguma pois as pessoas adiariam os investimentos. Concluiu dizendo que era do contraponto desta questão que estavam a tratar e, agradeceu o contributo ao Membro Rui Horta. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou novamente a palavra ao Membro Rui Horta que agradeceu as palavras do Presidente da Câmara e disse que a política tinha dessas coisas, que por vezes corria-se a corrida e não se chegava a cortar a fita. Neste caso, poder-se-ia dizer que o Executivo, e era por isso que estava a colocar a questão ao actual Executivo e não a outro qualquer, pois era este Executivo que tinha que responder por ela mesmo tendo apanhado a questão do Regulamento de Taxas já a meio e conseqüentemente iria também apanhar as receitas que ele estava ou iria gerar. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que com uma tabela de taxas tão elevadas os investidores certamente adiariam os investimentos. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta disse ainda que tinham que ver as taxas em Tavira, pelo menos as da publicidade que tinham que ser pagas até trinta e um de Março, mas supunha que já não iriam ser alteradas até porque já estavam em Orçamento. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que o assunto estava registado e que o considerava justo. \_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se haveria mais alguma questão antes da Ordem de Trabalhos e passou a palavra ao Membro Carlos Baptista. \_\_\_\_\_

----O Membro Carlos Baptista disse que apenas queria referir que relativamente ao assunto das

transferências ficava mais aliviado mas que de qualquer modo a situação das Juntas não iria ser de grande saúde financeira deixando algo a desejar e, quando ele se tinha referido aos quatro mil fogos em Cabanas era para dizer também, que isso significaria uma população flutuante de alguns milhares no Verão e não havia nada na lei que se referisse a locais de destino turístico e que deveriam ser contemplados através do Fundo de Financiamento das Freguesias com um reforço de verba porque, efectivamente, aquilo que era uma receita para a Câmara e para o Estado, para a Junta significava uma despesa. Como era do conhecimento geral, no Verão, tinha que ser efectuada alguma animação para as milhares de pessoas que por ali circulavam, por isso, tinham que fazer umas festas com alguma qualidade e criar algum divertimento, o que os obrigava a gastar bastante dinheiro que passava despercebido a muitos e que a lei não contemplava. Concluiu dizendo que pelo exposto entendia que toda esta questão deveria ser devidamente ponderada de modo a ser criado algum equilíbrio. \_\_\_\_\_

---O Membro Hélder Conceição solicitou a palavra para dizer que o tema que queria apresentar se prendia com os nós na artéria da Estrada Nacional 125 onde Tavira tinha um conjunto de rotundas que tinham, naturalmente, melhorado o tráfego e a segurança rodoviária, contudo, na rotunda da Nora ou Fonte Salgada existia um sinal de cedência de passagem que com regularidade se encontrava caído. Devido às suas qualificações profissionais tinha efectuado um estudo que permitira concluir que se tratava de uma ilusão óptica pois o sinal aparentava estar direito. Assim, apontava como solução o reforço de sinalização de modo a captar a atenção para o referido sinal. Sabia que essa questão era da competência do Instituto de Estradas de Portugal mas era preocupante, não tanto para a população local que tendo conhecimento antecipado do risco poderia facilmente evitá-lo, mas para que circulava pela Nacional 125 e por mera distração ou desatenção se deparava com o sinal. \_\_\_\_\_

---Concluiu dizendo que seria importante efectuar um alerta para o Instituto de Estradas de Portugal para a criação de um reforço complementar da sinalética, nomeadamente com a utilização de bandas cromáticas e outros dispositivos que permitissem captar a atenção para o sinal que lá se encontrava. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e indagou se o Presidente da Câmara se gostaria de pronunciar. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que já tinham falado com as Estradas de Portugal e que até recentemente, se tinha deslocado a Tavira, um engenheiro das Estradas de Portugal que tinha

sido alertado pelos engenheiros da Câmara Municipal de Tavira, tendo dito que a questão levantada já estava inserida no “Alerta” que era o sistema de identificação de avarias que era efectuado para as Estradas de Portugal. Porém, verificando-se que as Estradas de Portugal levavam bastante tempo para efectuar as reparações, já tinha dito ao seu Director e estava registado, estando a Câmara à espera que viessem reparar, pois tratando-se da reparação de sinalização vertical não deveria ser a Câmara a reparar, até porque, não podiam intervir sem autorização das Estradas de Portugal. Concluiu informando que já tinham vindo verificar essa situação concreta. \_\_\_\_\_

----Tendo pedido a palavra o Membro José Alberto Correia disse que aproveitando a intervenção do colega da bancada do Partido Social Democrata, gostava de alertar para o facto da passagem de nível da Porta Nova no sentido de quem sai de Tavira para a rotunda mencionada, ter uma passadeira mesmo à saída das cancelas da linha, pelo que, quem entrava na passagem de nível estando essa passadeira a cerca de trinta metros, se fosse atrás de outro veiculo que tivesse que parar para dar passagem a um peão na passadeira, ficava no meio da passagem de nível. Isto tinha-lhe acontecido não havia muito tempo e tinha ficado realmente preocupado, pelo que, era uma situação que urgia correcção. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e passou a palavra ao Presidente da Câmara que afirmou que relativamente à passagem de nível referida tinham recebido, não há muito tempo, o parecer final da REFER – Rede Ferroviária Nacional e tendo a Câmara já todos os pareceres necessários, dentro de semanas, iria ser lançado o concurso para a requalificação da passagem de nível da Porta Nova. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que tinha conhecimento de pessoas que tinham caído depois da passadeira, no meio dos carris, onde já se tinham partido pernas mas que tinha sido solenemente avisado pela REFER que não podia mexer no meio dos carris mesmo existindo um buraco onde cabia a sua perna. Tinham conseguido resolver a situação com uma solução simpática mas incorriam todos em processo disciplinar e responsabilidade criminal pois situava-se dentro dos carris. A situação estava identificada e o parecer efectuado, pelo que pensavam que nas próximas semanas o concurso da requalificação da passagem de nível da Porta Nova iria ser lançado e estava, como aprovado naquela Assembleia, cabimentado em Orçamento. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se haveria mais alguma questão antes da Ordem do Dia e não se verificando disse que iriam prosseguir os trabalhos começando pelo ponto número um

referente à apreciação da Informação do Presidente da Câmara para quem iria, novamente, passar a palavra. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara começou por dizer que tinha sido distribuída na documentação que se encontrava em posse dos membros, como era timbre, a informação de um conjunto de eventos, protocolos, obras e urbanismo que lhe parecia particularmente exaustiva mas que era representativa dos últimos dois ou três meses. Tinham ocorrido muitas actividades, pelo que, para não ser muito exaustivo iria apresentar uma súmula das mesmas acompanhadas de fotografias como era prática do Município de Tavira. \_\_\_\_\_

----O primeiro slide referia-se a Novembro com as comemorações do Dia de São Martinho e um Colóquio Internacional sobre Provérbios onde tinham estado cerca de cem pessoas, letradas, que permaneceram uma semana em Tavira. Informou que esta iniciativa seria para repetir no próximo ano, até porque, Tavira estava a ser reconhecida a nível mundial como verdadeira autoridade e terra de provérbios, sendo inclusive procurados pela Senhora Embaixadora da Polónia, que no próximo dia um de Março, viria a Tavira precisamente devido a esse tema. \_\_\_\_

----Mostrou, no segundo slide, fotografias da visita autárquica que haviam efectuado e que passava a ocorrer de seis em seis meses. Tinham visitado a Igreja das Ondas que se encontrava em concurso, pelo que, esperavam que nos meses de Agosto ou Setembro a Igreja já se encontrasse em obra. O concurso já estava publicado na plataforma electrónica para possibilitar a recuperação da Igreja, cuja intervenção iria ter um custo de cerca de seiscentos mil euros, estando financiada em sessenta por cento do valor elegível pela Parceria para a Regeneração Urbana, POAlgarve21. \_\_\_\_\_

----Também o Parque Verde do Séqua estava em concurso mas já tinha a aprovação de candidatura pela Parceria para a Regeneração Urbana dado que tinha sido efectuada uma troca. Inicialmente no plano de acção estava prevista a candidatura do Teatro da Corredora tendo ficado o Parque Verde do Séqua em situação de overbooking, porém, estando o projecto do Teatro sub-dimensionado no seu valor, pois tinha uma intervenção de baixo montante e, verificando-se, de acordo com os serviços técnicos, que se iria gastar cinco ou seis vezes mais, efectuou-se a troca tendo-se colocado para financiamento prioritário o Parque Verde do Séqua. Tinha sido colocada a situação à CCDR – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional que autorizou a alteração dos projectos passando o Parque Verde do Séqua a ser investimento efectivo. Actualmente apenas estavam a tratar com a família Martins Dias da



questão dos terrenos, já tendo a questão jurídica toda enquadrada estavam em fase de emissão de pareceres jurídicos finais para poderem lançar o concurso e de modo a que a CCDR não colocasse qualquer entrave à candidatura por ter sido efectuado um contrato de comodato. Assim, estavam a avaliar a questão para brevemente poderem lançar o concurso. No anterior mandato tinha sido pavimentado o parque de estacionamento na margem direita do Séqua sendo a questão actual, que tinha vindo a ser adiada, a requalificação da margem esquerda desde a frente da Casa das Artes até à Escola Fixa de Trânsito. \_\_\_\_\_

----Ainda no mesmo slide mostrou fotografia da estrada de Santa Luzia que, como poderiam verificar, a obra estava a decorrer em bom ritmo e dentro do cronograma. Informou que no dia seguinte iria ser assinado um primeiro adicional no valor de cinquenta mil euros para a Estrada de Santa Luzia pois tinha havido uma parte do projecto que não estava bem feita. Calculava que a obra estaria pronta, ou seja, tinham acordado com o empreiteiro que a obra estaria pronta em oito de Junho pois queriam inaugurar a estrada no Dia da Cidade, dia vinte e quatro de Junho. \_\_\_\_\_

----A outra fotografia do slide mostrava os autarcas a olhar para uma plataforma que se situava na Amoreira em Cachopo e que era a plataforma de muito alta tensão da Rede Eléctrica Nacional. Tratava-se de um investimento de sessenta milhões de euros, tinha quatrocentos megawatts e era uma estação que passava pelo Concelho e, cuja obra, tinha causado a destruição de algumas estradas como a 397 que de estrada já tinha muito pouco. Pensava que, no actual momento, estariam já a instalar o material eléctrico, embora na fotografia estivessem apenas a ver o terreno e a pré-instalação. Calculava que estivesse pronta depois do Verão. \_\_\_\_

----O slide seguinte referia-se ao Dia do Armestício quando se tinha realizado uma parada militar e tendo Tavira, actualmente, um quartel a funcionar, estavam muito mais activos nessa matéria. \_\_\_\_\_

----Mostrou uma sessão de Lobo Antunes, que tinha achado fantástica, e se tinha realizado naquela mesma sala da Biblioteca Municipal, num dia que considerava que ele estava particularmente inspirado para falar sobre a sua obra, pensando que quem lá tinha estado, tinha, certamente, dado por muito bem empregue o seu tempo. \_\_\_\_\_

----No quarto slide referiu-se a um conjunto de peças de teatro, os Pickles de Chocolate e as edições do AL-MasRAH que, no actual momento, estavam em cena com o Teatro de Inverno e referiu ainda, um conjunto de iniciativas que tinham de alguma forma movimentado o aspecto

teatral e artístico do Concelho. \_\_\_\_\_

----A animação de fim de ano tinha sido iniciada no princípio de Dezembro. \_\_\_\_\_

----O sexto slide referia-se a exposições, tendo-se realizado várias. Os Mundos Rurais ainda continuavam patentes até Junho, realizando-se em Julho uma exposição de Gordilho que mereceu o Prémio Velásquez. Tratava-se de um exposição muito interessante e que tinham tido muita sorte que Gordilho tivesse querido expor em Tavira que, como Prémio Velásquez, iria, seguramente, atrair muitos visitantes ao Palácio Municipal. Acrescentou que a exposição da 1ª. República ainda continuava. \_\_\_\_\_

----Informou também, que iriam ter uma exposição da família Andrade que certamente seria muito interessante, que sendo algo já muito falado, só agora a família Andrade se tinha decidido a fazer uma exposição sobre o seu espólio e que era uma parte da escola de Tavira. Esta exposição encaixava perfeitamente no seguimento da exposição da 1ª. República e resultava de um desafio efectuado aos que tivessem algum espólio que fizesse a continuação da exposição referida e era o que iria acontecer. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu-se ainda a outras exposições que tinham realizado, como o Lapso no Tempo e Tavira, Cidade das Igrejas encontrando-se ainda o Lapso no Tempo em exposição. \_\_\_\_\_

----O sétimo slide referia-se a um conjunto de oficinas e actividades que se tinham realizado no Museu Municipal. \_\_\_\_\_

----Falando nos passeios, disse que estavam a ser um sucesso e que tinham movimentado muitas pessoas, pelo que, o Palácio da Galeria tinha tido algum trabalho, principalmente ao Domingo. Não tinha realizado nenhum dos passeios mas tinha assistido a saída do passeio intitulado as Economias Agrárias. \_\_\_\_\_

----Continuou a apresentação mostrando alguns ciclos de conferências na Biblioteca Municipal e que estavam retratados no nono slide. Tinham-se realizado as conferências denominadas: António Padinha e Tomás Cabreira, Tavira Militar, Silvestre Falcão, ou seja, todas elas organizadas em parceria com o Regimento de Infantaria 1 de Tavira e tinham sido importantes.

----Realizou-se ainda, a leitura encenada do Ultimatum Futurista na Armação do Artista com Vítor Correia que tinha tido casa cheia durante os três dias de espectáculo. \_\_\_\_\_

----Seguidamente, mencionou as iluminações de Natal que todos tinham visto e acompanhado seguramente e ainda, um conjunto de festas associadas. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara mencionou os concertos que se tinham realizado, como a Música nas Igrejas cujo contrato tinha sido renovado e que se realizava todos os Sábados nas Igrejas considerando essa uma boa iniciativa do mandato anterior. Referiu ainda o Outonalidades da Casa do Povo de Santo Estêvão, o Festival de Bandas Cívicas, o Fado Amador, a Gala de Fados Almadrava, a Feira de Santa Maria e a Mostra Artesanal. \_\_\_\_\_

----No décimo segundo slide mostrou um conjunto de eventos desportivos como o Festival de Patinagem, o Festival Tradicional de Ténis de Mesa e a Corrida de São Silvestre de Santa Luzia, que no corrente ano, tinha sido muito interessante e com elevada participação. \_\_\_\_\_

----Continuou com mais três iniciativas, as Marchas Passeio que passaram a acontecer em todas as Freguesias, a organização de uma exposição Nacional de Columbofilia e Pré-Olimpica onde tinham estado, no Parque de Feiras e Exposições, cerca de quinze mil visitantes. Considerava que tinha sido um evento muito bem organizado e que certamente tanto a nível da columbofilia como do Concelho de Tavira, teria contribuído para mostrar a capacidade de apresentar feiras e, seguramente, quem lá tinha estado, tinha dado por muito bem empregue o seu tempo. Mostrou ainda, imagem da chegada da volta ao Algarve que teve a partida e chegada em Tavira, o que tinha proporcionado um encontro das pessoas com a equipa que, apesar de no corrente ano ter um orçamento mais pequeno, os ciclistas tinham mostrado grande apego ao Clube pois acreditavam no projecto que estava a ser seguido, tendo confiança que os dirigentes do Clube e do Município e a comunidade em geral, pudessem encontrar um caminho para que a equipa de ciclismo voltasse a singrar no futuro. Concluiu dizendo que estavam todos a trabalhar, não era apenas o Presidente da Câmara que mandava, mas havia um conjunto de pessoas com a mesma vontade e se fosse possível congregar metade das vontades das pessoas que se haviam disponibilizado, certamente iriam conseguir. \_\_\_\_\_

----Informou que se queria referir a um facto que considerava importante e que era para continuar. Tratava-se da Passagem de Ano de Tavira que não estava representada na apresentação por algum lapso, mas que tinha tido muita adesão e, no corrente ano, o número de pessoas tinha certamente duplicado relativamente ao ano anterior. Pensava que se tratava de um bom momento para as pessoas que anteriormente tinham que sair da terra para poderem passar a passagem de ano pois, não podendo dizer que era um deserto, acontecia muito pouca coisa, não tendo o envolvimento que tinham conseguido criar com o Rio, o Fogo de Artificio, as pessoas e os espectáculos que tinham dado. Sobretudo, tinha-se tratado de uma

festa que evitava que as pessoas gastassem dinheiro fora em festas de menor qualidade, não saindo da terra, divertindo-se e trazendo amigos para Tavira. \_\_\_\_\_

----Passando aos Protocolos, o Presidente da Câmara informou que durante o tempo em revista, tinham sido assinados três protocolos sendo um para a Sede do Santaluziense, outro para a Associação de Armadores e Pescadores de Tavira e tinha-se assinado o contrato do Centro Escolar da Horta do Carmo cuja obra já tinha tapumes e estava pronta a avançar. Informou que nesse mesmo dia, o Tribunal de Contas tinha devolvido o processo com uma nova questão. O processo já tinha ido duas vezes a Tribunal de Contas embora não tivesse qualquer problema, porém, tinham questionado sobre um assunto que nem sequer era da Câmara mas da CCDR. Contudo, estava ali a assinatura do contrato e era provável que mandassem avançar a obra por acreditarem que o visto estava praticamente adquirido, pretenderem a escola pronta em Setembro do ano de dois mil e doze e já existindo o financiamento, pelo empréstimo aprovado naquele Órgão, para a execução da obra da escola que iria custar dois milhões e meio de euros acrescidos de IVA, iriam avançar, porque essa escola iria permitir acabar com os regimes duplos em Tavira o que a tornava ainda mais importante. \_\_\_\_\_

----Tinha ainda sido celebrado acordo entre o Município de Tavira e a Associação Musical do Algarve que não estava em Ordem do Dia porque iria a Sessão de Câmara para ratificar. Tratava-se de um protocolo onde a Câmara iria entregar à Orquestra do Algarve, em substituição aos quarenta e oito mil euros que já pagava, cinquenta e dois mil euros que resultavam da forma de distribuição pelos sócios fundadores acrescida de verba com o Ministério da Cultura, para ser possível manter uma Orquestra do Algarve. \_\_\_\_\_

----No décimo quinto slide, o Presidente da Câmara mostrou um projecto que poucos acreditavam mas que realmente estava ali. Para os que consideravam que não iriam conseguir, que eram jovens e se os outros não tinham conseguido eles também não, a verdade é que nunca se tinha avançado tanto no processo do Porto de Pesca de Tavira. Afirmou que o projecto estava elaborado e tinha que agradecer ao Director do Instituto Portuário de Transportes Marítimos, Brandão Pires, nessa situação não como presidente da bancada mas como parceiro. Acrescentou que muitos tinham sido parceiros e que acreditassem que não tinha sido fácil, mas o certo era que tinham conseguido os dez milhões de euros, que estava financiado, que estava autorizado pelo Ministério das Finanças, que estava cabimentado, que o

concurso estava lançado, que as empresas já estavam a solicitar esclarecimentos, que já tinham havido correcções, que o local já estava definido, ou seja, apenas faltava decorrer o concurso para passar à obra, pelo que estimavam que estivesse no terreno no final do corrente ano, estando orçamentado um milhão de euros do PIDDAC. Disse ainda, que tinha sido um processo muito difícil porque os tempos estavam muito difíceis para encontrar verbas, o que levantava a possibilidade de que noutro tempo quando havia mais dinheiro disponível, não se tivesse feito tudo para o conseguir. Com a crise actual não tinha sido nada mau terem colocado Tavira em situação de execução do Porto de Pesca que poderia, de facto, virar Tavira para o mar que era o que pretendiam, arrumando e dando dignidade tanto aos pescadores como a toda a questão, por isso, o projecto era o que estava a mostrar e consistia no corte da estrada onde actualmente se passava, que seria o local da embocadura do Porto, sendo criado um prolongamento do estacionamento do Mercado Municipal que seguiria até à rotunda do acesso às Quatro Águas e posteriormente entraria na requalificação do projecto Polis, em cujos projectos tinha estado a trabalhar porque por uma questão de rotação, o Presidente da Câmara de Tavira tinha entrado para o Conselho de Administração do Programa Polis onde estaria até ao próximo mês de Dezembro, para ver se conseguiam também alguma execução nesse trabalho de modo a tratar daquela zona em conjunto. Contudo, não era mau que a primeira fase que dizia respeito ao Porto de Pesca já estivesse em concurso. \_\_\_\_\_

---O último slide dizia respeito às obras e urbanismo, onde mostrou algumas pequenas intervenções que se enquadravam no cumprimento do programa pois, nos actuais dois primeiros meses, tinham-se executado algumas estando outras a serem executadas. Tinha sido realizada intervenção, já cabimentada, na Rua de Santana, a Rua onde se localizava a Rádio Gilão até ao Jardim da Alagoa em frente ao Restaurante Simão, na Rua Fausto Cansado que era o entroncamento da escola onde se pretendia efectuar uma saída para maior fluidez do trânsito, na Rotunda do Quartel que já estava em concurso, já tinham sido encomendados semáforos a fim de ordenar o entroncamento que actualmente era um pouco contra natura e que poderiam ter alterado tudo, voltando à fase inicial, porém, tinham optado por investir doze mil euros e adquirir uns semáforos para aquele local que iriam ser os primeiros semáforos de Tavira. A estrada de Santa Luzia certamente estaria pronta na altura da sua colocação. De manhã, o trânsito naquele local era verdadeiramente caótico não facilitando o acesso à escola Dom Manuel I, acrescido da dificuldade causada pelo desnivelamento existente num local

muito apertado e, realmente, de manhã existia muito trânsito, pelo que, tinham que resolver aquela questão e para isso, o que tinha apresentado, eram as primeiras medidas tomadas. \_\_\_\_

----Mostrou a requalificação de um espaço do Município que estava a cair e que era a sede da Rádio Gilão. O edifício era da Câmara que tinha cedido há vários anos à Rádio Gilão e depois tinha sido esquecido. Tratava-se pois, de um edifício municipal onde estavam a gastar vinte mil euros que eram empregues para a recuperação de património Municipal como era o caso do da Rádio Gilão, onde as pessoas que lá trabalhavam tinham que trabalhar com alguma dignidade porque o edifício estava a cair. \_\_\_\_\_

----Terminou dizendo que as restantes fotografias se referiam a pequenos arranjos e que na documentação em posse dos membros poderiam verificar todas as informações. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se algum dos presentes queria levantar alguma questão sobre a informação do Presidente da Câmara, o que não se verificou. \_\_\_\_\_

----Seguiu para o ponto número dois da Ordem de Trabalhos referente à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 11/2011/CM, referente à Dissolução da Empresa T-ESTP – Energia Solar Térmica de Tavira, S.A, e passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que a questão, como os membros tinham conhecimento, há alguns anos tinha sido devidamente badalado e noticiado, que a zona da Capelinha iria ter um Parque Solar de oito hectares. Tinha sido devidamente noticiado e estava certo, pois a empresa tinha firmes propósitos em construí-lo. No início do mandato fora contactado pelos donos da empresa que tinham sido comprados por outra empresa e comunicaram a sua alteração para outro tipo de tecnologia, pelo que, iriam procurar outro local pois pensavam não ser aquele o espaço adequado para o desenvolvimento da sua actividade actual. Assim, tinham perguntado se a Câmara estaria interessada em vender a sua participação, de mil euros, o que formalizaram por carta. Não tinham, contudo, concretizado, porque entretanto tinham remetido nova carta a dizer que iam dissolver a sociedade. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que o Parque Solar que era para ser construído num terreno do falecido Lázaro localizado na Capelinha e que era uma obra importante, não iria acontecer pela razão da dissolução da empresa. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se havia alguma questão para além do facto da Câmara ter perdido mil euros e, não se verificando colocou a proposta à votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Passou ao ponto número três sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 14/2011/CM, referente à Inserção no Domínio Público de Prédio Urbano sito em Cachopo, Freguesia de Cachopo. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que esta era uma questão que já se arrastava há algum tempo e que o Presidente da Freguesia sabia do que se tratava. Estava relacionada com a curva de Cachopo, que era uma curva na Rua principal de Cachopo, onde existia uma parede que era uma empena e que estava a cair para o outro lado estando a curva mal feita, mal consolidada.

----Acrescentou, que tinha existido um diferendo com a anterior Vereação sobre a compra de um terreno que permitiria efectuar a intervenção necessária, mas que já tinham adquirido o terreno ao proprietário, pelo que, para ser possível lançar o procedimento para reparar o muro que estava a cair, e corrigir a estrada que estava mal construída, era necessário a colocação do mesmo no domínio público, sendo essa a questão. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia verificando que não existiam questões colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Para cumprimento da Ordem de Trabalhos passou ao ponto número quatro que se referia à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 20/2011/CM, referente à Actualização das Taxas previstas na Portaria nº 1334-D/2010 pela emissão de Certificado de Registo de Cidadão da União Europeia. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara afirmou apenas que a presente proposta se referia a uma actualização tendo por base a legislação. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia disse que era a actualização de uma taxa com base na legislação que se encontrava em posse dos membros, pois tinha sido distribuída com a restante documentação. Verificando que não havia questões colocou à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----O ponto número cinco referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 32/2011/CM, referente ao Fornecimento de Refeições Escolares ao abrigo do Acordo Quadro nº AQ15 – RC da ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas (Refeições Confeccionadas/Lote 5), para cuja explicação passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara afirmou que este assunto dizia respeito ao cumprimento de um compromisso que tinham assumido e que era a forma de colocarem as crianças do primeiro ciclo a comer comida saudável porque, como tinham dito, essas crianças tinham que comer

comida que consideravam saudável, comida confeccionada e, tinha sido nesse sentido que tinha tido um conjunto de intervenções naquele mesmo Órgão. \_\_\_\_\_

----No actual momento, existiam duas questões distintas em Tavira, sendo que as crianças dos infantários e até ao quarto ciclo comiam comida congelada, cujo termo técnico era leofilizada, mas que na prática era comida congelada que tinha que passar por um processo de descongelação de cerca de duas horas, sendo pré-servida. Depois, existia o outro tipo de crianças que eram em menor número no Concelho, os alunos do quinto ao nono anos, que comiam comida confeccionada nos refeitórios das escolas Dom Manuel I e Dom Paio. Assim, as crianças mais pequenas comiam comida leofilizada e os restantes comida confeccionada por cozinheiros nas próprias cozinhas das escolas. \_\_\_\_\_

----Para corrigir essa situação o que tinha feito e que até ia ao encontro de uma proposta de protocolo que a Vereação anterior tinha tentado fazer, tinha sido, contactar o Ministério da Educação expondo o assunto e dizendo que queriam passar a servir todas as refeições até ao nono ano porque, já tendo a responsabilidade da escola, do parque escolar, dos materiais, queriam também fornecer a comida, ao que o Ministério da Educação respondeu que celebraria um protocolo com a Câmara a fim de tornar essa situação possível, pagando por cada refeição. \_\_\_\_\_

----Nesse sentido, a Câmara iria contratar uma empresa já certificada no mercado, não através de um concurso público internacional mas através da plataforma nacional dos concursos públicos, cujos concursos já tinham sido negociados pelo Governo, e era similar à antiga Central de Compras do Estado, cujo processo levaria cerca de um mês após a realização do protocolo referido. A finalidade da contratação dessa empresa residia na possibilidade das cerca de mil e setecentas refeições diárias dadas pelas escolas, serem confeccionadas nos refeitórios, com uma empresa que efectuaria a sua distribuição pelas escolas, numas carrinhas, com a comida devidamente acondicionada e com o cumprimento de todas as regras. \_\_\_\_\_

----Assim, o Presidente da Câmara referiu que o que estava a ser apresentado naquela Assembleia, era um parecer prévio para permitir designar o presidente, o júri e sobretudo a repartição de encargos do concurso de fornecimento, para todos, de comida confeccionada nas escolas sendo, obviamente, uma parte do seu custo devolvido pelo Ministério da Educação, cujo valor era de cerca de um euro, sendo previsível que o montante do presente concurso fosse de um milhão, setecentos e trinta e um mil euros a três anos. Esse era o valor base do



concurso que podiam fazer. \_\_\_\_\_

----Na prática, todas as crianças passariam a comer comida confeccionada nas escolas, igual para todos, com regras iguais, esperando por isso, que a comida congelada acabasse no Município de Tavira, a partir de Setembro e, se tudo corresse bem, estariam muito mais tranquilos com a comida confeccionada pelas cozinheiras da Câmara, com grande parte dos produtos da terra o que lhes permitia cumprir o prometido. \_\_\_\_\_

----Estavam pois, à espera do protocolo do Ministério da Educação que se encontrava em fase de negociação para acerto de data de assinatura, para lançarem o concurso, pois só o iriam fazer, obviamente, com toda a documentação na sua posse para que nada falhasse. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se alguém se pretendia pronunciar tendo passado a palavra ao Membro Paulo Silva. \_\_\_\_\_

----O Membro Paulo Silva disse que primeiramente gostaria de perguntar quantas refeições eram confeccionadas, no actual momento, nas escolas Dom Manuel I e Dom Paio. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara informou que eram entre seiscentas e oitenta e setecentas e oitenta com tendência a aumentarem, visto as famílias estarem a passar um mau momento. Calculavam que iriam passar a ser cerca de mil e setecentas pois iriam fornecer todas as refeições. \_\_\_\_\_

----O Membro Paulo Silva quis saber se esta medida também abrangia os Jardins de Infância. \_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que já tinham o Jardim de Infância que era da Câmara e que, presentemente, serviam o Jardim de Infância, as Escolas Primárias, o primeiro ciclo até à quarta classe, e que eram entre seiscentas e oitenta e setecentas refeições. Existia depois, um conjunto de crianças que frequentavam escolas que tinham um protocolo com a Câmara para uso das instalações, fornecimento de gás, luz e água e cujas cozinheiras e auxiliares eram pagas pela Câmara. \_\_\_\_\_

----O Membro Paulo Silva disse que gostaria de fugir à discussão técnica sobre o que era ou não comida saudável porque, sobre esse assunto, existiam várias teorias e era ainda uma discussão sobre a qual muito estava por fazer. Uns concordavam com um determinado tipo de procedimento, outros com outro. Naturalmente que a comida confeccionada com alimentos frescos e fornecida em condições de higiene e segurança alimentar adequados seria sempre preferível a qualquer outro tipo de comida. Porém, o que lhe parecia e para o que queria alertar, relacionava-se com as questões de higiene e segurança alimentar constantes no

caderno de encargos. Achava estas questões pouco exigentes, pois pensava que a responsabilidade das escolas e da Câmara, no fornecimento de alimentação saudável, era muito grande. Se a comida que era fornecida anteriormente era, para alguns, comida de menor qualidade, pensava não ter causado qualquer problema de contaminação, de saúde pública com gastroenterites que forçassem o recurso a cuidados do Centro de Saúde, pois essa questão tinha sido completamente assegurada e, relativamente a essa matéria, os pais puderam ficar completamente descansados, pelo que, julgava ser necessário muito cuidado relativamente a essa matéria estando rodeados de toda a segurança. \_\_\_\_\_

----Pensava ainda que as cozinhas, quer da Escola Dom Manuel I, quer da Escola Dom Paio deveriam, tomando como ponto de partida o facto do número de refeições a servir quase triplicar, ser vistoriadas, porque não bastava dizer como por exemplo, na cláusula nona, onde eram referidas as obrigações principais do Município, que colocava à disposição do adjudicatário as instalações, cozinhas, despensas, arrumos, instalações sanitárias entre outras. Era preciso saber em que condições se colocavam essas instalações à disposição, pois pensava que o adjudicatário também queria saber em que condições eram colocadas, pelo que, a Câmara teria que garantir a cedência dessas instalações nas melhores condições possíveis. \_\_\_\_

----Acrescentou que, também estava previsto no caderno de encargos, que competia à Câmara proceder à reparação das anomalias e, pensava, que esse era exactamente o ponto de partida, devendo a Câmara, desde logo, reparar todas as anomalias existentes aos mais diversos níveis e eventualmente, reformar alguns equipamentos existentes, adquirindo outros que pudessem ser necessários e cujas cozinhas não estivessem ainda equipadas. \_\_\_\_\_

----O Membro Paulo Silva afirmou que o caderno de encargos referia que teriam que criar e aplicar procedimentos de segurança e higiene alimentar baseados nos princípios do HACCP em todas as fases do processo, o que era normal, mas que para além dessa referência, por vezes verificava-se em anexo ao caderno de encargos, um conjunto de normas e especificações técnicas que eventualmente iriam além das exigências mínimas das do HACCP, nomeadamente quando se tratava de fornecimento de refeições a crianças, sendo prática corrente, não só em alguns concurso efectuados em escolas do país, mas em escolas de países da União Europeia onde não bastava apenas uma simples referência no caderno de encargos, mas onde se colava ao mesmo um caderno de normas e especificações técnicas com um padrão de exigência mais elevado do que os mínimos requeridos pelo HACCP. \_\_\_\_\_

---Referiu ainda, que mesmo tratando-se de uma questão que talvez fosse menor, quando, no caderno de encargos, se falava em refeição completa referindo-se, o pão, a sopa, o prato principal, a sobremesa como componentes da mesma, não se mencionava qualquer fornecimento de bebida sendo que não se percebia se a empresa adjudicatária seria ou não responsável pelo fornecimento da mesma, não se percebendo se seria apenas água ou que tipo de bebida seria fornecida aos alunos. \_\_\_\_\_

---Concluiu dizendo que estes eram os alertas que gostaria de deixar. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia agradeceu e passou a palavra ao Membro José Vitorino. \_\_\_\_\_

---O Membro José Vitorino disse que apenas gostaria de mencionar duas questões. A primeira referia-se ao facto de, quando tinha entrado na Assembleia, estava perfeitamente convicto pelo que tinha ouvido dizer nos dias anteriores e, certamente muitos dos presentes também, que a comida de “plástico” ia continuar. Assim, queria congratular o Executivo por ser mais uma das medidas que ia por em prática porque, efectivamente, ele também não era um defensor dessa comida achando a medida muito correcta. \_\_\_\_\_

---Relativamente aos alertas do Membro Paulo Silva disse que estas questões eram normais, pois faziam parte do modo como se faziam os regulamentos havendo sempre questões a rectificar, porque era muito provável que não saísse perfeito, vindo-se a aperfeiçoar depois. \_\_\_\_\_

---Enfatizou que em nome da bancada queria renovar as felicitações por essa grande medida. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia perguntou ao Presidente da Câmara se gostaria de dizer alguma coisa. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que queria agradecer ao Membro Paulo Silva porque tinham anotado todas as questões que o Membro tinha referido, querendo apenas fazer duas considerações sobre a qualidade da comida. \_\_\_\_\_

---No actual momento, existia comida fresca a ser confeccionada e outra, que ele nunca tinha dito que não era boa, embora persistisse que queriam ter comida natural, confeccionada, para seguirem os princípios da dieta mediterrânica que eram da comida normal e, havendo em Tavira dois regimes, os mais pequenos comiam comida que vinha de Lisboa, da Eurest, que era colocada dentro de uns aquecedores e depois quando não era comida ia para o lixo porque deixava de ser comestível, essa era a comida que as crianças mais pequenas comiam, enquanto os maiores, que já frequentavam os segundo e terceiro ciclos comiam comida confeccionada pelas cozinheiras nos refeitórios, com as regras do HACCP, que podiam até não estarem todas a

ser cumpridas. \_\_\_\_\_

----Continuou explicando que a Autoridade das Compras Públicas efectuava um contrato global, decidido em Lisboa, onde eram seleccionados lotes de empresas que forneciam o serviço para o Algarve e, que só três cumpriam as regras porque estavam negociadas pelos contratos públicos nacionais, seguiam as regras do HACCP, as regras dos serviços da qualidade e tinham um nome a defender. Era a um lote já muito pequeno que iriam adjudicar o serviço, mas que teria certamente, margem de negociação. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que praticamente todas as escolas do Algarve tinham uma empresa com contratos desta natureza, pois já nenhuma tinha o sistema de comida congelada como em Tavira ainda existia, quem tinha tido já tinha deixado e eles também pretendiam fazê-lo. \_\_\_\_\_

----Obviamente que a qualidade da comida, o sabor e aquilo que as crianças comiam era uma incógnita para ele, não dizia que apanhassem salmonelas, nem problemas gástricos, como também não acontecia com as outras crianças que comiam o outro tipo de comida, não existindo registo de, no último ano, ter havido quaisquer problemas gástricos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara acrescentou que iriam monitorizando essa questão de acordo com as regras de uma empresa certificada, obviamente que se tratava de uma opção diferente, pois era uma opção no sentido de servir comida saudável, feita nas escolas, com outras pessoas, com outro registo, tentando uniformizar todas as crianças e com uma responsabilidade acrescida por parte da Câmara, porque os membros do Executivo tinham assumido essas funções para assumirem responsabilidades, mas sobretudo, para cumprirem aquilo que tinham dito e, essa era a forma, pois nunca tinham pensado em ser a Câmara a criar um grande serviço de economato, uma estrutura enorme que possibilitasse as comprar no mercado, tal como, nunca tinham tido a ideia de que haveria outra forma de as efectuar. \_\_\_\_\_

----Contudo, registava as preocupações que o Membro Paulo Silva tinha demonstrado e iriam verificar a questão das bebidas pois parecia-lhe que, de facto, não constava no caderno de encargos. Quanto às restantes situações pensava que estavam salvaguardadas porque a empresa seria a principal interessada que tudo funcionasse bem, até porque, tinham introduzido um patamar elevado a nível do custo por refeição dado que o Ministério da Educação iria apoiar uma parte substancial. O valor de cada refeição era, naquele momento, de um euro e quarenta e cinco cêntimos, sendo o preço base de lançamento que estava em caderno de encargos, um euros e oitenta e cinco cêntimos, para que na banda da negociação

com as ementas e a qualidade do serviço pudessem negociar de modo a não chegarem ao mesmo extremo a que Olhão tinha chegado ao adjudicarem refeições, nesse registo, a um euro e cinco cêntimos, cada. \_\_\_\_\_

---Informou que o preço actual era superior a dois euros por refeição o que considerava uma barbaridade, pelo que, iriam ter uma poupança acrescida. Pensavam que o assunto estava a correr bem e iriam, obviamente, avaliando, mas tinham a preocupação de servir comida boa às crianças porque eles eram o capital futuro, o capital de esperança e se eles não comessem bem, seguramente não teriam bons resultados, sendo certo que muitas crianças, já de há muito tempo, só comiam na escola. \_\_\_\_\_

---Concluiu dirigindo-se ao Membro Paulo Silva para dizer que tinha registado com propriedade as sugestões do Membro. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia passou a palavra à Membro Elisabete Rocha. \_\_\_\_\_

---A Membro Elisabete Rocha disse que queria chamar à atenção para algo que o Membro Paulo Silva tinha referido e que considerava muito importante. Falava da questão das instalações das próprias escolas serem utilizadas pelas cozinheiras que lá estavam e, provavelmente, por outras equipas que também iriam reforçar. A questão era a manutenção dessas instalações pois parecia-lhe algo arriscado que elas ficassem à responsabilidade da Câmara dado os preços que tinha visto serem próximos de preços praticados em instalações próprias das empresas e portanto, era bastante possível, não querendo dizer que a empresa ainda tivesse que pagar essas instalações ou abater esses valores no preço das refeições, mas que, de todo, houvesse uma entrada das equipas sem ser efectuado o levantamento do que lá existia e a manutenção fosse sempre da empresa porque seria algo complicado gerir todo o desgaste dos equipamentos e das cozinhas que eram bens caríssimos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que, obviamente, a empresa teria um risco no negócio, pelo que, as empresas tinham efectuado uma pré vista sobre as questões, tinham vindo verificar os espaços para tentarem formatar um preço, por isso, sabiam quais eram as suas obrigações e, por altura, do lançamento do concurso, iriam ver como correria, sendo certo, que o valor, e o seu problema era que a empresa cobrasse um valor muito baixo pois ai haveria um risco, dado que, quando existia a salvaguarda com um valor, com um preço médio adequado, e actualmente nas escolas do segundo e terceiro ciclos, o valor era muito inferior ao valor que a Câmara fornecia a comida que estava a fornecer, acontecendo o mesmo na Escola Secundária,

não queriam que o valor descesse demasiado pois sabiam que se fosse muito baixo, todos se perguntariam se chegaria. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que a um euro e oitenta e cinco cêntimos tinha a certeza que a limpeza iria ser esmerada e que iriam tratar muito bem das instalações, contudo, achava que ainda iriam baixar um pouco mais, pois o próprio Ministério da Educação no protocolo que ia celebrar, estabelecia um euro e quarenta e cinco cêntimos por ser o valor adequado para um determinado número de refeições negociadas com as empresas na plataforma. \_\_\_\_\_

----Informou que o seu único receio, era que devido à concorrência o preço baixasse anormalmente pois se caísse para valores abaixo ir-se-ia reflectir na qualidade dos alimentos. Assim, disse que iriam tentar estabelecer um ponto abaixo do qual não iriam adjudicar, porém, tinham começado recentemente o processo e tinham ali o caderno de encargos sobre o qual o Membro Paulo Silva tinha efectuado algumas sugestões que, pedindo licença ao Presidente da Assembleia, ficariam como proposta da bancada do Partido Social Democrata para que, nomeadamente devido à questão das bebidas, o caderno de encargos não tivesse que voltar a ser apresentado na Assembleia. \_\_\_\_\_

----O Membro Paulo Silva disse que esse era um pormenor, contudo, para ele era determinante o investimento por parte da Câmara quanto à segurança alimentar, a maneira e o momento de entrega das instalações à entidade adjudicatária, pois era um ponto chave da questão no caderno de encargos e estava muito vago, porque se surgisse algum problema com salmonelas e fossem algumas crianças para o Hospital, quem iria ter a culpa, porque as anomalias deviam ter sido reparadas servindo este de argumento para o não assumir de responsabilidades. A empresa tinha que receber os equipamentos e instalações em condições para que a Câmara pudesse exigir tudo da empresa, por isso sugeria que fosse efectuada uma vistoria prévia às instalações, preferencialmente antes do final do ano lectivo e que de acordo com essa vistoria a Câmara se comprometesse a reparar as anomalias e a rever os equipamentos que existiam nas cozinhas, porque essa era uma questão de segurança alimentar que lhe parecia determinante e quer se quisesse ou não, pese embora a menor qualidade da comida que era fornecida da outra forma, era uma questão que tinha sido bem assegurada e se algo corresse mal, um processo que era louvável, poderia ficar prejudicado. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que pensava que deveria haver o máximo de investimento nessa matéria.

----O Presidente da Câmara disse que a sugestão estava aceite e que, seguramente, antes de

entregarem á empresa os equipamentos, as instalações e outros materiais iria ser efectuado um auto de verificação em conformidade do que era entregue e em que condições. Esse era o normal na formalização de um contrato que cumprisse um determinado conjunto de regras. \_\_\_\_

----Reafirmou que tinha registado a preocupação do Membro Paulo Silva e que iriam tratar da questão com todo o cuidado, mas que, seguramente, e tratando-se de empresas certificadas para fornecimento deste tipo de serviços também eles iriam tomar todos os cuidados. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e indagou se haveria mais alguma questão, que não se verificando, colocou a proposta a votação. \_\_\_\_\_

----A proposta foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou ao ponto número seis referente à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 34/2011/CM, referente à E03/11/CP – Empreitada de Reabilitação e Recuperação do Edifício da Antiga Segurança Social – Repartição de Encargos.

----Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia dizer alguma coisa sobre o assunto em questão. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que gostava de explicar porque tinha falado que a Igreja das Ondas estava em concurso mas que juntamente havia outro processo que se referia ao Edifício do Compromisso Marítimo que era outro edifício histórico. Assim, estavam a correr duas empreitadas separadas para os edifícios que não tinham características iguais tendo a Igreja sido adjudicada por quinhentos e quarenta mil euros acrescidos de IVA e para o Edifício do Compromisso estavam a falar em duzentos e trinta e sete mil euros. Apresentavam a repartição de encargos para um valor que já se encontrava cabimentado e orçamentado, constituindo uma das obras prioritárias que estavam candidatas ao POAlgarve21 e que tinha financiamento de sessenta por cento que, até ao actual momento, estavam a ser executadas sem financiamento bancário, tentando executá-las apenas com financiamento Municipal porque, e era importante que o dissesse, tinham que acelerar seguindo o caminho mais rápido sem efectuar muitos empréstimos e tentar recuperar o património. \_\_\_\_\_

----Esta obra correspondia à segunda fase que podia ou não ser executada pelo mesmo empreiteiro, mas os processos tinham que ser efectuados desta forma por se tratarem de dois edifícios, dois artigos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu as palavras do Presidente da Câmara e verificando que não haviam questões, colocou a mesma a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Passou ao ponto número sete que consistia na apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 36/2011/CM, referente à Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas – Artigo 9º. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara informou que esta correspondia à versão final que tinha sido sujeita a consulta pública não tendo resultado em qualquer alteração e que consistia, basicamente, na possibilidade de alterar o ramo de actividade na ala do Mercado Municipal virada para a Doca.

---Além disso verificava-se a redução, que já alguns tinham, de cinquenta por cento da taxa entre os meses de Outubro a Maio. Tinha portanto, sido criada uma uniformização da ala virada para o futuro Porto de Pesca que por ora ficaria desta forma reavaliando-se quando o Porto de Pesca estivesse concluído. \_\_\_\_\_

---Esta era uma ala mais esquecida, pelo que os comerciantes daquele local teriam uma redução da taxa a pagar ao Município, como já acontecia para alguns, porque como os contratos não tinham sido celebrados todos na mesma data, uns estiveram ao abrigo de um regime e outros de outro, por isso estavam agora todos uniformizados e tendo sido consultados através de ofício, ninguém se tinha pronunciado, pelo que, passaria a definitivo e iriam pagar menos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria levantar alguma questão e não se verificando colocou a proposta a votação. \_\_\_\_\_

---A mesma foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Para dar cumprimento à Ordem de Trabalhos passou ao ponto número oito que consistia na apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 37/2011/CM, referente ao Regulamento sobre a Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Tavira – Alteração artigo 21º. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que gostava de esclarecer que também esta proposta tinha sido sujeita a consulta pública, sem que ninguém se tivesse pronunciado, consistindo essa a versão final. Informou que dizia respeito à zona de especial de animação nocturna criada e que estava em regulamento de horário de funcionamento de bares e estabelecimentos similares como zona especial de animação nocturna que deixava de existir porque iriam efectuar uma uniformização dos horários dos bares que lá existiam com os horários de todos os outros bares.

---Acrescentou que a decisão estava tomada e já tinham sido dadas orientações a quem tratava desse assunto para que a zona especial de animação nocturna dos bares que



funcionavam até às quatro e muitas vezes até às seis da manhã com os resultados que certamente os presentes conheciam, terminasse. Davam assim, a possibilidade de naquela ala do mercado poderem ser instalados outro tipo de negócios, pois tinham alterado o leque, deixando de ser apenas para bares e passando a outro tipo de negócio como já lá existiam, nomeadamente restaurantes e ervanárias constituindo-se assim a concretização do regulamento. \_\_\_\_\_

---O Membro Paulo Silva pediu autorização à mesa que lhe foi concedida, para referir que no ponto número quatro do regulamento dizia que as novas utilizações não podiam ser, em caso algum coincidentes com outras que já lá se verificassem no outro espaço lateral. Assim, isto queria dizer que as novas utilizações a que se referia o número anterior não poderiam ser em caso algum coincidentes com as que já se verificavam no restante espaço do Mercado Municipal considerado no seu todo, pelo que, se alguém quisesse instalar um negócio que já existisse na outra ala não o poderia fazer. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara respondeu dizendo que a ideia era a de tentarem diversificar, mas que apenas tinham alterado a questão dos bares não sendo este um aditamento novo. \_\_\_\_\_

---O Membro Paulo Silva disse que tal não fazia sentido. \_\_\_\_\_

---A Vereadora Ana Paula informou que esse era o regulamento existente mas que agora ficaria com uma redacção genérica “*Às lojas do mercado poderá ser dada utilização diferente mediante deliberação camarária para cada caso*”, desaparecendo toda a restante redacção que já existia e que estava indicado no início do documento. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara enfatizou que o documento dizia que a azul estavam as disposições a suprimir ao que o Membro Paulo Silva respondeu que o Presidente tinha razão e a questão já não se punha. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma questão e não havendo colocou a proposta à votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Passou ao ponto número nove sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 38/2011/CM, referente ao Projecto de Regulamento do Arquivo Municipal de Tavira – Versão Final. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que, na prática, tinha havido uma série de aditamentos quando da consulta, como era efectuada em todos, que tinham sido introduzidos no texto final. Assim, este iria ter todos os aditamentos que estavam relacionados com a questão das

bibliotecas e acima de tudo com a questão dos arquivos sobre conservação. \_\_\_\_\_

----A Vereadora Ana Paula acrescentou que também se tinha realizado uma auditoria. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara afirmou que os auditores tinham efectuado um conjunto de recomendações que também introduziram no documento. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia verificando que não existiam questões colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Passando ao ponto número dez sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 39/2011/CM, referente ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Tavira – Alteração, deu a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse: *“Bem, Senhor Presidente, aqui nós, é mais um regulamento que nós fizemos já de acordo com a nova legislação, eu aqui quero-vos dizer o seguinte: A Câmara de Tavira não segue uma recomendação da Associação de Municípios Portugueses que é de não instituir os Conselhos Municipais de Juventude nos termos da actual legislação, porque entende, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que os poderes dos CNJ, dos Conselhos Municipais de Juventude, são exacerbados em função da autonomia administrativa, técnica e política das Câmaras Municipais e dos Municípios. Isto é, violam o princípio da independência dos decisores políticos das Autarquias. Bom, e á uma recomendação da Associação Nacional de Municípios para não aprovar-mos. Nós não entendemos assim, e entendemos dar aqui algum poder aos jovens da terra para se poderem agora organizar à luz do novo regulamento que vai ser aprovado, para nós podermos começar a trabalhar com eles e ouvir também o que nos têm a dizer. Isso é importante. Por isso é a única, o único considerando que eu quero fazer aqui. A nível nacional não haverá muitos documentos como este a serem aprovados nos dias de hoje e, seguramente, não haverá muitas Câmaras a aprovar Regulamentos dos Conselhos Municipais de Juventude nos termos da legislação que está aprovada por este Governo, porque vai contra uma orientação da Associação de Municípios. È só para dizer isto.”* \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro Filipe Lopes. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes disse: *“Eu espero não me alongar muito, mas há aqui umas questões, não é uma questão assim, só gostaria de lançar aqui uns pontos. Eu fiz parte do Conselho Municipal da Juventude durante o último ano de funcionamento. Tavira tinha um Conselho Municipal da Juventude a funcionar desde dois mil e um. Foi até pioneiro e funcionava bem até*

que, e eu tenho aqui o antigo regulamento, como fiz parte, tive acesso a estas matérias, até que veio a Lei que o Senhor Presidente já explicou, a Lei, oito de dois mil e nove, que veio fazer uma alteração aos Conselhos Municipais de Juventude existentes, de resto, e nessa matéria as considerações que na altura se lançavam não só pela Associação Nacional de Municípios mas no próprio Parlamento, a Lei foi aprovada unicamente com os votos da maioria absoluta de então e, mesmo a nível local, o Conselho Municipal da Juventude de Tavira, todos os membros do Conselho Municipal da Juventude foram contrários a esta nova Lei, contrários no limite das nossas capacidades evidentemente, porque a Lei criava certos condicionamentos ao funcionamento dos próprios Conselhos Municipais da Juventude, principalmente ao nosso. Só para, a título de exemplo, enquanto o nosso Conselho Municipal da Juventude antigo tinha uma série de Associações que pertenciam com todos os direitos e deveres das Associações a esse Conselho Municipal da Juventude, segundo a Lei nova, ficariam reduzidos basicamente a Juventudes de Partido, Juventudes Partidárias e, ir-se-ia partidarizar um Órgão que há, que não pretende ser partidarizado porque para a política está a Câmara, estão as Juntas e estamos nós, de resto não era isso que se pretendia. Com este Regulamento que agora vamos aqui aprovar, espero eu, os grupos que faziam parte do antigo Conselho Municipal da Juventude continuam a fazer parte, mas sem direito a voto, pelo menos é esse o regime de observador permanente. \_\_\_\_\_

----Quando esta questão surgiu no Conselho Municipal da Juventude e foi debatida diversas vezes no ano de dois mil e nove, decidimos, no âmbito do Conselho Municipal da Juventude criar uma Comissão para estudar o assunto e para propor à Câmara Municipal para fazer essa adaptação da nova Lei ao antigo Regulamento. Essa decisão foi tomada no dia trinta de Junho de dois mil e nove, na última reunião do Conselho Municipal de Tavira e dessa Comissão fez parte aqui este vosso humilde servo, e a Comissão reuniu no dia oito de Agosto de dois mil e nove, às cinco e meia da tarde, no Palácio da Galeria porque era lá que funcionava o Gabinete da Juventude na altura, e nesse sentido, o documento que agora aqui temos é grosso modo, tirando algumas alterações, aquilo que resultou dessa Comissão e, nesse sentido eu votarei a favor desta proposta apesar de discordar da Lei que lhe dá origem e, nesse sentido gostaria de no final, só apresentar uma declaração de voto. \_\_\_\_\_

----Mas apesar disso, há aqui outra questão que é, que tem a ver com os prazos que eu gostaria d, apenas, de perguntar porque tendo em conta que o assunto já estava praticamente concluído em Agosto de dois mil e nove e, naturalmente que já se sabe em Agosto é o Verão e depois

*Setembro entrou Executivo novo, o Executivo precisava de tempo para se adaptar e para conhecer os cantos à casa o que é natural, perfeitamente natural, chagada a Fevereiro de dois mil e dez, faz agora um ano ou já fez, eu questionei o Executivo sobre qual o ponto de situação por saber que o assunto já estava pendente, ao que o Senhor Presidente me informou que já se tinha começado a reunir com o Gabinete da Juventude para tratar desse assunto e, eu achei boa a resposta porque, naturalmente, o Executivo precisava de tempo para tomar conhecimento sobre os assuntos. Acontece, a Fevereiro sucedeu Março, e Abril, e Maio, e Junho, e etc, e chegado a Novembro voltei a questionar o Senhor Presidente, sobre os mesmos termos, de qual o ponto de situação do Conselho Municipal da Juventude, e perguntei naturalmente, se não, quando é que havia uma nova reunião, porque o antigo Conselho Municipal da Juventude tinha, a meu ver e a ver da Associação Nacional de Municípios, todas as condições para reunir, tanto assim era, que esta mesma Assembleia aprovou o nome de uma pessoa como seu representante para o Conselho Municipal da Juventude, e na ocasião, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tavira, a essa questão, de quando se trataria do Conselho Municipal da Juventude, respondeu-me nos seguintes termos e, passo a citar, e peço à Mesa que verifique se isso é de facto assim porque como eu disse, a acta de dia oito de Novembro de dois mil e dez não se encontra publicada, e o Senhor Presidente respondeu nos seguintes termos: \_\_\_\_\_*

*“O Conselho Municipal da Juventude, não sabe fica a saber, porque parece que não sabe, a legislação mudou, como é jovem devia saber, a legislação mudou e, antes de fazer uma intervenção a gente deve perguntar as coisas como é que elas estão a andar porque perdeu, nesta matéria do Conselho Municipal da Juventude, uma bela oportunidade para estar calado, porque foi o seguinte:” \_\_\_\_\_*

*Depois tece uma série de considerações sobre o assunto e termina a dizer que: \_\_\_\_\_*

*“Na próxima quarta feira vai o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Tavira que há-de passar para esta Assembleia na Sessão de Dezembro” fim de citação. \_\_\_\_\_*

*Eu gostaria de ouvir do Senhor Presidente dirigir uma palavra a esta Assembleia perante a qual se comprometeu que o assunto Conselho Municipal da Juventude viria à Sessão em Dezembro, e houve uma Sessão em Dezembro, e comprometeu-se da forma em que foi, porque razão é que isso não aconteceu. Muito obrigado.” \_\_\_\_\_*

*----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_*

*----O Presidente da Câmara disse: “Vou tentar ser cordial na resposta porque às vezes só se*

*perde, nós às vezes só perdemos por sermos simpáticos em relação a algumas questões. Eu penso que nós aqui andamos a trabalhar e não andamos a brincar, porque andar a brincar aos Conselhos Municipais da Juventude, como algumas pessoas andaram aqui a brincar durante imenso tempo, assumindo um conjunto de funções partidárias ou outras sem relevância nenhuma em termos de juventude, e depois, vir para aqui, dizermos considerações, não estou a ver.*

---

*---O que eu quero dizer é o seguinte, mais fácil era não haver Conselho da Juventude nenhum, refugiando-nos na Associação Nacional de Municípios, mais fácil, e aí eu mantenho a intervenção que digo que hoje não vou dizer nos mesmos termos porque já foi demasiado, como é que eu diria, na última sessão foi demasiado pesados para quem foi e, para incomodo da bancada do PSD, sobre a intervenção do Filipe, porque se o Filipe acha que assim vai a algum lado, pois eu acho que é melhor ele mudar de registo porque assim não está, não está de facto, a contribuir para nós podermos ter por ele as respostas que as questões dele merecem, para não sermos evasivos, porque o Filipe vir para aqui perguntar-me a mim, com as situações que nós temos passado na Câmara, porque é que eu não trouxe o Regulamento final do Conselho Municipal da Juventude em Dezembro e trago dois meses mais tarde, só pode estar a brincar, só pode estar a brincar, porque o que eu tenho andado a fazer na Câmara é resolver questões que vocês criaram, esse é que é o problema, e se quiserem que eu vos diga quais são as questões, endividamento sobredimensionado da EMPET, mais de dez milhões, que andam a fazer um conjunto de investimentos e que está no fundo e que a gente está a tentar encontrar um conjunto de investidores para pagar aos bancos e para pagar essas questões todas, um conjunto de empréstimos que estão feitos e que nós temos que pagar, ainda no mês de Janeiro pagámos, só de juros, meio milhão de euros, situações que estão criadas e mais um conjunto de questões que eu não vou dizer por manifesto decoro e, o Filipe vem perguntar porque é que eu me atrasei dois meses, dois meses, no Regulamento do Conselho Municipal da Juventude que é uma coisa que nós estamos a levar para a frente apesar da Associação de Municípios Portugueses dizer que isto é atentatório à dignidade dos Municípios, da sua independência. \_\_\_\_*

*----Muito bem, é a ordem de prioridades do Filipe. O que eu verdadeiramente estou a tentar fazer é por este Município, nos tempos que correm, porque o Filipe, há muita gente a passar mal no Concelho, isto é, eu todos os dias chego à Câmara às oito da manhã, todos os dias, e entre as oito e as nove da manhã, seguramente falo com duas ou três pessoas que têm dificuldades reais*

*e, se quer que lhe diga também, este Regulamento não anda todos os dias na mesa do Presidente da Câmara, há timings para se fazer as coisas e depois há agendamentos para se fazer as coisas, e os timings às vezes não são compatíveis com trazer as coisas a tempo e horas aqui. Agora não me parece que seja de lesa-pátria a questão do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude ou nos últimos doze anos as coisas andaram com todos os timings no Conselho Municipal da Juventude, só pode estar a brincar. Por isso como eu não alinhio em brincadeiras, porque isso de facto, o Filipe vem para aqui para fazer questões, que são questões que obviamente têm toda a pertinência, agora para o Presidente da Câmara justificar porque é que se atrasa, dois meses, a uma Assembleia Municipal, que se tem debatido com problemas concretos, problemas graves e, vem perguntar uma justificação porque é que eu menti à Assembleia não trazendo em Dezembro, só pode ser uma questão, obviamente, que não merece grande crédito na resposta porque, de facto, eu neste momento acabei de me arrepender de ter dado voz e ouvidos a um conjunto de membros da sua bancada, para eu actuar em conformidade em relação à sua última intervenção nesta Assembleia, que ofendeu deliberadamente o Presidente da Câmara e que hoje, não contente com ter ofendido deliberadamente, aqui nesta Assembleia, o Presidente da Câmara, vem voltar com total desfaçatez e total falta de sentido e alguma educação, se quer que lhe diga, vem voltar a falar na mesma questão lembrando um conjunto de questões, porque toda a gente está lembrada dessa Assembleia de vergonha que foi proporcionada aqui nesse dia e é isto que eu tenho a frisar.* \_\_\_\_\_

*---A resposta à pergunta do Filipe depois destes meus considerandos, eu de facto, nesta Assembleia arrependi-me de ter feito uma coisa, ouvindo ali o Coordenador da sua bancada, o Rui Horta, sobre a intervenção que fez aqui nesta Assembleia, isto é, devia ter tomado algumas atitudes que não tomei e, de facto, em politica é mesmo assim.* \_\_\_\_\_

*---O Conselho Municipal de Juventude e o Regulamento não veio aqui à Assembleia Municipal por manifesta impropriedade de datas, não foi possível, foi para consulta pública, levou uns dias a mais, está cá, está para aprovar. Deus queira que os membros do Conselho Municipal da Juventude tenham tanta diligência e ligeireza a tratar dos assuntos da juventude como o Filipe tem em ofender o Presidente da Câmara, como voltou de alguma forma a fazer, e essa é que é a questão, essa é que é a questão, por isso, eu irei acompanhar os trabalhos do Conselho Municipal da Juventude, mas espero bem que os jovens desta terra dêem um conjunto de*

*propostas interessantes para que as coisas da juventude sejam bem salvaguardadas. Não tenho mais nada a dizer.”* \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma questão, o que não se verificou. \_\_\_\_\_

----Colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Passou então, ao ponto número onze e último da Ordem de Trabalhos, sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 44/2011/CM, referente à Inserção no Domínio Público da Parcela de Terreno sita na Rua Joaquim Soares, Freguesia de Santa Luzia.\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que essa era uma questão muito importante para o Presidente da Freguesia de Santa Luzia e que resultava de um compromisso efectuado com o Padre Nabais que, na prática, se tratava de uma inserção, de uma troca de uma parcela de terreno que era Municipal onde o Padre Nabais iria construir um Centro Paroquial recebendo a Câmara em troca, a zona onde estava localizada a antiga ETAR que estava desactivada. Assim seria possível requalificar aquela ponta de Santa Luzia, onde pretendiam executar um parque de estacionamento e completar a estrada que ia ter ao Restaurante Mourão. \_\_\_\_\_

----Tratava-se pois, da inserção em domínio público dessa parcela que conforme os membros podiam ver na planta, era a ponta onde estava a ETAR desactivada e depois tentariam fazer ali uma intervenção para que o Presidente da Freguesia tivesse todas as intervenções requalificadas. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e perguntou se havia mais alguma questão sobre essa inserção no domínio público, passando a palavra ao Membro Paulo Silva. \_\_\_\_\_

----O Membro Paulo Silva disse que apenas queria fazer uma chamada de atenção pois, por mais que olhasse para o planta e por mais que lesse a proposta, não percebia qual era o fim em vista porque a proposta não era explícita quanto ao fim, pois nada dizia e a planta dizia zero. \_

----Referiu ainda, que já a proposta de Cachopo, relativamente à questão do muro, também não dizia nada mas que pela planta tinha conseguido perceber o que estava em causa. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que em próxima reunião iriam levar escalas maiores que já se tornariam mais perceptíveis, porém, ele já tinha esclarecido quanto à localização. \_\_\_\_\_

----O Membro Paulo Silva afirmou que estavam a votar algo com base na explicação do Presidente mas que o que se supunha, era efectuar a reunião com base nos documentos que recebiam. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Passando à aprovação das minutas, o Presidente da Assembleia disse que se lhe permitissem e como todas as propostas tinham sido aprovadas por unanimidade, iria dispensar a sua leitura, colocando, de imediato, à consideração a sua aprovação. \_\_\_\_\_

---As minutas foram aprovadas por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Para cumprimento do Regulamento passava a palavra ao público lembrando que na sua intervenção deveriam ser abordados assuntos de interesse Municipal mas que não tivessem constado da Ordem de Trabalhos. \_\_\_\_\_

---Passou a palavra à Dra. Elisabete Cavaco. \_\_\_\_\_

---A Dra. Elisabete Cavaco referiu que tinha estado presente na Sessão da Assembleia, realizada em Junho de dois mil e dez e, na sequência do convite que lhe tinha sido endereçado nessa altura, tinham havido alguns desenvolvimentos que gostava de dar conhecimento à Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

---Contudo, antes gostava de referir que se congratulava, que era a favor do Manifesto apresentado nessa Assembleia, que tinha sido apresentado antes da Ordem de Trabalhos quando tinha sido referido pela bancada do Partido Socialista que o último local onde deveriam ser efectuados cortes orçamentais deveria ser na Educação. \_\_\_\_\_

---Estava ali, mais uma vez, como Presidente do Conselho Geral do Agrupamento Vertical de Escolas Dom Manuel I de Tavira e após o convite que lhe tinha sido efectuado pelo Director Regional Adjunto, Sr. Prof. Eduardo Dias, tinha solicitado à Direcção Regional de Educação uma reunião concretizada no dia doze de Janeiro do corrente ano. Os representantes do Conselho Geral tinham sido seis, o Director do Agrupamento, representantes do pessoal docente e não docente e da Associação de Pais. \_\_\_\_\_

---Nessa reunião tinha-lhes sido transmitido que estava previsto para Tavira, para o próximo ano lectivo, um único agrupamento com as três actuais escolas, Agrupamento Vertical de Escolas Dom Manuel I, Agrupamento Vertical de Escolas Dom Paio Peres Correia e Escola Secundária de Tavira. Esse novo agrupamento de escolas iria comportar cerca de três mil e duzentos alunos, a Escola Dom Manuel I tinha, no momento actual, mil, quinhentos e oito alunos, cerca de cento e quarenta professores, o que, efectuadas as contas eram mil e quinhentos que representavam cerca de metade da população estudantil de Tavira. \_\_\_\_\_



---Continuou alegando que, quando se constituísse esse novo agrupamento ficaria com, não tendo as contas precisas, aproximadamente, três mil e duzentos alunos, trezentos e quarenta professores e cerca de cento e vinte pessoas como pessoal não docente. Isto significava, no concreto e no terreno, que ao estudar o organograma dos Departamentos a nível de Conselho Pedagógico teriam Departamentos com cinquenta ou sessenta docentes que poderiam realizar reuniões em grupos disciplinares que, presentemente continham entre cinco e sete pessoas, contendo entre dez e doze pessoas. Desta situação resultava que, de facto, as situações pedagógicas iriam ficar muito pela rama, não sendo possível aprofundar como estavam habituados a oferecer. \_\_\_\_\_

---Referiu ainda, que uma das justificações dadas pelo Director Regional prendia-se com o facto da escolaridade obrigatória ser alargada para doze anos de escolaridade tendo sido criado um único projecto educativo como garante do sucesso educativo. \_\_\_\_\_

---Pela sua experiência e por o que tinha ouvido nos últimos meses, não lhe parecia que um único projecto educativo fosse garante, per si, do sucesso educativo e referia que tinham um projecto educativo a funcionar que incluía quatro ciclos de ensino, o pré-escolar e os primeiro, segundo e terceiro ciclos, e tinham insucesso, mesmo tudo fazendo para o superar, não tendo conseguido chegar ao ponto que desejariam. \_\_\_\_\_

---Mencionou ainda, que haviam muitas famílias que não conseguiam dar respostas às crianças e, por isso, a proximidade entre as escolas e todas as estruturas desde o professor até ao máximo responsável conseguia, muitas vezes, colmatar esses pontos fracos. O Agrupamento da Dom Manuel I tinha sido reestruturado há, aproximadamente, sete anos, com os mil e quinhentos alunos e sabiam das dificuldades de articulação tendo consciência do que significava e, voltava a referir que eram quatro níveis de ensino que, acrescentando-se o secundário, falavam em cinco níveis de ensino e de realidades totalmente dispare, desde Cabanas, Conceição, Porta Nova que actualmente pertenciam ao Agrupamento da Dom Paio, Santa Luzia, Santa Catarina, Santo Estêvão, Luz de Tavira, ou seja, todo o Concelho. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que tinham consciência que estavam a contribuir para a educação, instrução e formação de cidadãos e queriam continuar a estar próximos dos alunos. As reformas do sistema de educação não se evidenciavam no imediato, tendo apenas reflexos, no mínimo, a dez anos, o que queria dizer que os alunos que estavam actualmente no primeiro ano, iriam estar no décimo ano, quando se conseguiria verificar alguma alteração ou efeito da alteração. \_

---Informou que tinham, nesse mesmo dia, entregue em mão ao Presidente da Câmara, um Manifesto que tinham efectuado juntamente com toda a comunidade educativa e tinha sido assinado por grande parte dela, cuja principal função era a de informar e interessar a comunidade para a nova realidade. Tinham consciência do momento que o país atravessava e, por isso, pensavam ser muito importante considerar a educação como uma prioridade dando-lhes a oportunidade de trabalhar no projecto educativo com provas já dadas e com todos os órgãos instituídos, dando-lhes a oportunidade de se auto regularem pois acreditavam que já constituíam um Mega Agrupamento porque mil, quinhentos e oito alunos, eram muitos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia passou a palavra à D<sup>ª</sup>. Maria do Rosário Mesquita. \_\_\_\_\_

---A D<sup>ª</sup>. Maria do Rosário Mesquita disse que estava novamente na Assembleia para apresentar o assunto do Plano de Pormenor do Perogil. \_\_\_\_\_

---Era co-proprietária de uma parcela incluída no Plano de Pormenor do Perogil e estava, há dez anos, à espera para poder executar obra no terreno. O plano estava aprovado há três anos e não era possível executar absolutamente nada, pelo que, gostaria de obter qualquer informação relativa ao ponto de situação desse assunto. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia pronunciar-se e passou a palavra. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara afirmou que essa era uma daquelas questões herdadas que eram difíceis, pois como a Muniçipe sabia e ia acompanhado já tendo estado na Sessão de Câmara, só podia dizer que estavam a tratar de elaborar um novo Plano, pois haviam pessoas que estavam preocupadas com o Conselho Municipal da Juventude enquanto eles estavam preocupados com questões como as das pessoas investirem, há dez anos atrás, uma centena de milhares de euros, estando actualmente com encargos bancários elevadíssimos e não sabendo como haveriam de resolver o problema. \_\_\_\_\_

---Para conhecimento de todos, informou que do Plano do Perogil, de primeira geração, que tinha sido elaborado, só tinha sido possível efectuar o registo de três parcelas e que para registar todas as outras tinha que ser efectuada a reformatação do Plano. Disse que essa era a questão da qual a Muniçipe tinha conhecimento. Existiam vãos e outras coisas mal feitas, pelo que, estavam a tratar de lançar um novo procedimento para tentarem salvar o Plano, transformando o Plano de primeira geração num de segunda geração, tentando que as pessoas pudessem registar, porque tal como a situação da Muniçipe era complexa, existiam pessoas

que estavam com encargos bancários por terem, na altura, comprado terrenos estando actualmente com grandes dívidas. Porém, havia pessoas que estavam preocupadas com outras questões sendo estes os sérios problemas, de pessoas que actualmente estavam endividadas não tendo como pedir dinheiro e que, entretanto, se dirigiam à Câmara para tentar resolver as questões que alguém tinha deixado no caminho e que estavam mal elaboradas. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que era isso que tinha para dizer à Munícipe, o mesmo que dissera, há cerca de dois meses, na Sessão de Câmara. Tanto ele como o Vereador Luís Nunes tinham reunido com uma jurista, que apenas para dar um parecer jurídico tinham contratado por nove mil euros, porque o Perogil era constituído por um conjunto de parcelas sobrepostas numa periculação que, para quem não soubesse, estava relacionada com terrenos nos quais se podia construir e terrenos de vegetação dispersa, de modo a que fossem, de certo modo, registáveis. Tinha-se pois, elaborado um Plano muito bonito, o de primeira geração, mas que não incluía o registo e estava semelhante a um puzzle, e este era um local para residência de cinco mil pessoas. Depois, tinham convidado uns proprietários e outras pessoas a comprarem casas, mas ao efectuarem a junção de parcelas, quando tentaram proceder ao registo das aquisições, o Conservador teve dúvidas. Tinha tentado resolver essa questão de duas formas. Uma forma vinha já da anterior Vereação e bem, mas o Conservador teve dúvidas e não registou. Depois tinham tentado dividir em quatro partes para que o Conservador, com quem tinham previamente combinado, efectuasse o registo em quatro partes. Porém, a determinada altura, o Conservador tinha voltado a ter dúvidas e o processo recuou. Então a Câmara, teve que contratar uma jurista para dar uma opinião sobre o assunto, que tinha cobrado nove mil euros e, a quem já tinham pago. \_\_\_\_\_

----Haviam três terrenos que tinham conseguido resolver e que eram registáveis, os que tinham um cartaz, logo à entrada, mas todos os outros não eram registáveis, pelo que, estavam a tratar, e ia demorar mais algum tempo, de fazer um Plano de segunda geração. \_\_\_\_\_

----Dirigindo-se à Munícipe, o Presidente da Câmara disse que acreditasse que estavam a tratar da questão porque para além de ser um desafogo para as pessoas ao obterem uma solução, seguramente também iria ser benéfico para a Câmara, na medida em que, iria gerar alguma receita que bem precisavam. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que tinha dado prioridade para resolver o assunto, sendo certo e, o mais certo seria, que teriam que reconstruir um Plano de Periculação de segunda geração que já

tinha o registo incluído ficando colocado de parte o facto de ser irregistrável. Estavam por isso, a tentar avançar para um novo Plano para resolver uma questão que já tinham chegado à conclusão que da forma actual não conseguiriam. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma intervenção do público e passou a palavra ao público. \_\_\_\_\_

---Uma Múncipe disse que estava ali, em representação dos restantes vizinhos, para expor um problema muito grave que se arrastava há já alguns meses e que dizia respeito às infiltrações de água dentro das casas. No actual momento, existiam casas onde nem sequer se podia acender um ponto de luz porque o quadro disparava automaticamente devido à passagem da água. A quantidade de humidade dentro de casa e o bolor acumulado eram prejudiciais à saúde e verificava-se em elevado grau, pelo que, as pessoas estavam desoladas. \_\_\_\_\_

---Assim, gostaria que o Presidente da Câmara se pronunciasse sobre o seu “timing” como sendo essa uma situação prioritária. \_\_\_\_\_

---O Primeiro Secretário da Assembleia pediu para que a Múncipe se identificasse indicando onde residia. \_\_\_\_\_

---A Múncipe disse que era Ivone Diogo e que residia na Primeira Fase do Bairro Jara, na Rua Comandante Henrique de Brito. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que esperava que o assunto, que já estava identificado e onde o empreiteiro já tinha efectuado impermeabilizações na primeira fracção, tendo que rever tudo, pelo que, aguardava que o tempo secasse, o que em principio estaria a acontecer, não chovendo muito mais, para que pudesse executar a intervenção final de modo a resolver o problema exposto. \_\_\_\_\_

---A Múncipe Ivone Diogo argumentou que essa questão não se tinha levantado no corrente Inverno pois já se arrastava desde o Inverno anterior. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que não seria necessário voltarem a mais nenhuma Assembleia pois já estavam a tratar da questão, esperando apenas que não chovesse muito. \_\_\_\_

---A Múncipe disse que tinha ainda outro assunto para apresentar e que estava relacionado com a necessidade de colocação de alpendres para as varandas. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara respondeu que o seu compromisso era o de resolver o problema das infiltrações porque esse é que tinha a ver com um defeito de construção identificado nas casas do Bairro, que eram casas relativamente novas com problemas vários. A justificação que

o empreiteiro tinha dado às várias notificações que lhe tinha sido endereçadas e estando sensibilizado para o assunto, era que com o tempo de chuva não conseguiria entrar, porque não conseguia destelhar e tinha que ser tudo destelhado. Actualmente que o tempo estava mais seco iriam verificar se poderiam avançar. \_\_\_\_\_

----A Muniçipe Ivone Diogo disse que estavam a falar sobre um alpendre para terem sombra onde pudessem guardar quaisquer objectos na varanda. \_\_\_\_\_

----O Presidente disse que sobre isso não sabia se podia comprometer-se pois não se tratavam de alterações ao projecto, porém, o assunto ficava registado. \_\_\_\_\_

----A Muniçipe disse que como era do conhecimento do Executivo, tratava-se de um projecto a custo zero para a Câmara pois conforme conversa que tinha tido com o Vice-Presidente Luís Nunes, que também tinha contactado o Arquitecto Pedro Mestre, este tinha-se oferecido para executar o referido projecto a custo zero para a Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que não poderia dar pareceres urbanísticos na Assembleia Municipal, mas que registava o alpendre para as varandas no Bairro Jara. \_\_\_\_\_

----A Muniçipe disse ainda que esse era um assunto que já estava a ser debatido, tendo-se dirigido várias vezes à Câmara, onde tinha falado com o Vice-Presidente Luís Nunes e que estavam num impasse pois nunca tinha obtido uma resposta concreta. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia, verificando que não haviam mais intervenções, deu por encerrada a Sessão pelas vinte e três horas e vinte e três minutos, da qual, se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada. \_\_\_\_\_

A MESA DA ASSEMBLEIA,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_